



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA E LIMNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

MARINA DE ARAUJO BARROS

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

SÃO LUÍS - MA

2026

MARINA DE ARAUJO BARROS

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador(a): Profa. Dra. Flávia Rebelo Mochel.

Coorientador(a): Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira.

SÃO LUÍS - MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Barros, Marina de Araujo.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL / Marina de Araujo Barros.
- 2026.

77 f.

Coorientador(a) 1: Arkley Marques Bandeira.

Orientador(a): Flavia Rebelo Mochel.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do
Maranhão, São Luís, 2026.

1. Comunidade Tradicional. 2. Turismo. 3. Zona
Costeira. 4. Sustentabilidade Socioambiental. I.
Bandeira, Arkley Marques. II. Mochel, Flavia Rebelo. III.
Título.

MARINA DE ARAUJO BARROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 16/04/2026.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Flávia Rebelo Mochel (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira (Coorientador).
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Membro interno).
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Bruno de Brito Gueiros Souza (Membro Externo).
Instituto Chico Mendes de Biodiversidade- ICMBio

SÃO LUÍS - MA

2026

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio e a presença de pessoas e instituições que me acompanham ao longo desta jornada.

Agradeço, primeiramente, ao meu esposo Ramizes Junior e ao meu filho Ramiro, por todo amor, paciência e incentivo incondicional, fundamentais nos momentos mais desafiadores. À minha mãe Nilva, ao meu pai Celso por terem investido incansavelmente na minha formação e acreditarem no meu potencial sempre me motivando e apoiando. Aos meus irmãos Luciana e Rafael e a todos os familiares que contribuíram de diversas formas, inclusive por meio de gestos solidários, como a rifa para ajudar a custear a minha ida ao Seminário Integrador em Aracaju - SE, expresse minha profunda gratidão.

À Professora Flávia Mochel, minha orientadora, agradeço a orientação comprometida, generosa e inspiradora, que guiou este processo com sensibilidade, firmeza e competência. Ao Professor Arkley, Professora Junia, Professora Cláudia, Professor Cacau, Professor James, Professor Bruno e a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), registro meu reconhecimento pelas contribuições acadêmicas e pelo estímulo ao pensamento crítico e comprometido. À Yasmin Bastos, pela paciência, organização e eficiência, que facilitaram cada etapa dessa jornada acadêmica.

Sou também imensamente grata à comunidade de Mangue Seco, que me recebeu com generosidade, confiança e respeito, permitindo o desenvolvimento desta pesquisa com base no diálogo e no aprendizado mútuo.

Agradeço ainda à Vânia, Henrique (em memória), Nilda e Jayne que colaboraram com este trabalho durante as visitas de campo, à Suellen, Josélia, Shirley, Soraia, Cláudia, Laiane, Carol, Rosana Milke, Ana Paula, Tânia, Karlen, Flávia Cantalamessa e Professora Terezinha, por suas escutas, trocas, palavras de apoio e contribuições ao longo da caminhada.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ao PRODEMA e ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), meu agradecimento pelo suporte institucional e pelas condições que viabilizam a realização desta pesquisa.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta dissertação se concretizasse, deixo aqui meu sincero e afetuoso muito obrigada!

APRESENTAÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar à banca examinadora de defesa de dissertação o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esta dissertação, intitulada **“O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL”**, analisou a prática de visitação e as suas implicações no contexto da comunidade de Mangue Seco, localizada no município de Raposa, zona costeira do Estado do Maranhão, partindo do pressuposto de que o Turismo de Base Comunitária (TBC) se constitui uma alternativa capaz de promover a sustentabilidade socioambiental.

Este documento foi elaborado no formato de artigos científicos nos quais são discutidos os principais referenciais teóricos, metodológicos e empíricos, conforme as diretrizes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Segue a seguinte estrutura: 1 INTRODUÇÃO GERAL; 2 HIPÓTESE; 3 OBJETIVOS; 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA; 5 MATERIAL E MÉTODOS; 6 CAPÍTULO 1; 7 CAPÍTULO 2; 8 REFERÊNCIAS; 9 APÊNDICES; 10 ANEXOS.

O primeiro capítulo consiste no artigo intitulado **“APTIDÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE MANGUE SECO, RAPOSA-MARANHÃO.”**, submetido à Revista UNIARAGUAIA.

O segundo capítulo é constituído pelo artigo intitulado **“DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOAMBIENTAL DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO: SUBSÍDIOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.”** A destinação de submissão deste artigo será definida obedecendo às normas do PRODEMA.

RESUMO

O turismo, enquanto fenômeno interdisciplinar, envolve dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. As áreas costeiras destacam-se pela elevada atratividade turística por reunirem espaços de lazer, belezas cênicas, rica biodiversidade e a presença de comunidades tradicionais. Entretanto, esses ambientes apresentam significativa vulnerabilidade, tornando-se suscetíveis aos impactos negativos decorrentes da atividade turística. A prática de visitação e suas implicações socioambientais evidenciam a necessidade de modelos sustentáveis de desenvolvimento, destacando o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma estratégia capaz de promover conservação ambiental, inclusão social e valorização cultural. A comunidade de Mangue Seco, localizada no município de Raposa/MA recebe visitantes de forma espontânea, oferecendo serviços e eventos culturais em uma dinâmica que ocorre sem planejamento adequado e com baixo protagonismo comunitário, limitando os benefícios e intensificando impactos negativos. Esta pesquisa parte da hipótese de que o TBC pode contribuir significativamente para a sustentabilidade socioambiental local. Assim, teve como objetivo analisar a relação entre a comunidade e a dinâmica de visitação como estratégia para a implantação do TBC. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratório-descritiva, com base em seis visitas de campo nos anos 2024 a 2026, aplicação de 32 formulários semiestruturados, análise de conteúdo, abordagem etnográfica, fenomenológica e uso da História Oral. Ainda, avaliou-se a aptidão para implantação do TBC na comunidade através da análise integrada de indicadores quantitativos e qualitativos com base na adaptação da metodologia do Índice de Atratividade Turística (IAT). Elaborou-se um diagnóstico socioambiental com o objetivo de compreender as características sociais, ambientais e territoriais que podem influenciar o desenvolvimento do TBC na comunidade e possibilitar a leitura integrada das condições locais e da percepção dos entrevistados acerca da comunidade e das práticas de visitação. Complementarmente, utilizou-se o coeficiente de correlação de Spearman para analisar as variáveis do diagnóstico. Os resultados indicaram um IAT médio de 2,90, revelando potencial turístico de relevância regional, sobretudo nos atributos biofísicos e sociais, embora com limitações relacionadas à infraestrutura e manejo. O diagnóstico socioambiental evidenciou a forte relação da comunidade com os recursos naturais, especialmente o manguezal, bem como a ocorrência de turismo espontâneo, que gera renda, mas também impactos negativos como resíduos e poluição. Apesar do baixo conhecimento formal sobre o TBC, os moradores demonstram percepções alinhadas aos seus princípios. Conclui-se que a comunidade apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento do TBC, desde que sejam implementadas estratégias de planejamento participativo, fortalecimento da governança local e formação comunitária. Como contribuição, o estudo oferece subsídios para o planejamento turístico sustentável, apoiando a tomada de decisão e a formulação de políticas e ações integradas voltadas à sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: comunidade tradicional; turismo; zona costeira; sustentabilidade socioambiental

ABSTRACT

Tourism, as an interdisciplinary phenomenon, encompasses economic, social, cultural, and environmental dimensions. Coastal areas stand out for their high tourism attractiveness, as they combine leisure spaces, scenic beauty, rich biodiversity, and the presence of traditional communities. However, these environments exhibit significant vulnerability, making them susceptible to the negative impacts arising from tourism activities. The practice of visitation and its socio-environmental implications highlight the need for sustainable development models, emphasizing Community-Based Tourism (CBT) as a strategy capable of promoting environmental conservation, social inclusion, and cultural valorization. The community of Mangue Seco, located in the municipality of Raposa, Maranhão, Brazil, receives visitors spontaneously, offering services and cultural events within a dynamic that occurs without adequate planning and with limited community protagonism, thereby restricting benefits and intensifying negative impacts. This research is grounded in the hypothesis that CBT can significantly contribute to local socio-environmental sustainability. Accordingly, the study aimed to analyze the relationship between the community and visitation dynamics as a strategy for the implementation of CBT. Methodologically, a qualitative-quantitative approach was adopted, with an exploratory-descriptive nature, based on six field visits conducted between 2024 and 2026, the application of 32 semi-structured questionnaires, content analysis, and ethnographic and phenomenological approaches, as well as the use of Oral History. Furthermore, the community's suitability for CBT implementation was assessed through an integrated analysis of quantitative and qualitative indicators, based on an adaptation of the Tourist Attractiveness Index (IAT) methodology. A socio-environmental diagnosis was developed to understand the social, environmental, and territorial characteristics that may influence the development of CBT in the community, enabling an integrated interpretation of local conditions and of respondents' perceptions regarding the community and visitation practices. Additionally, Spearman's rank correlation coefficient was employed to analyze the diagnostic variables. The results indicated a mean TAI of 2.90, revealing tourism potential of regional relevance, particularly in biophysical and social attributes, although with limitations related to infrastructure and management. The socio-environmental diagnosis highlighted the community's strong relationship with natural resources, especially the mangrove ecosystem, as well as the occurrence of spontaneous tourism, which generates income but also produces negative impacts such as waste and pollution. Despite limited formal knowledge about CBT, residents demonstrated perceptions aligned with its principles. It is concluded that the community presents favorable conditions for the development of CBT, provided that participatory planning strategies, the strengthening of local governance, and community capacity building are implemented. As a contribution, this study provides support for sustainable tourism planning, assisting decision-making processes and the formulation of policies and integrated actions aimed at socio-environmental sustainability.

Keywords: traditional community; tourism; coastal zone; socio-environmental sustainability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	9
2 HIPÓTESE	11
3 OBJETIVOS	12
3.1 Objetivo geral	12
3.2 Objetivos específicos	12
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
4.1 Turismo de Base Comunitária - contexto geral.	13
4.2 Turismo de Base Comunitária no Maranhão	15
5 MATERIAL E MÉTODOS	19
5.1 Área de estudo	19
5.2 Metodologia	21
5.3 Tratamento, Análise e Interpretação dos dados levantados.	22
5.4 Procedimentos éticos.	22
6 CAPÍTULO 1	23
7 CAPÍTULO 2	44
8 REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	63
APÊNDICE A: TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	63
APÊNDICE B - FORMULÁRIO	65
ANEXOS	68

1 INTRODUÇÃO GERAL

O Turismo é um fenômeno complexo e interdisciplinar que envolve elementos econômicos, sociais, culturais e naturais de uma localidade receptora, não devendo ser estudado de forma isolada, inserindo-se no campo das Ciências Ambientais e Sociais (Beni, 2007). É notável que, cada vez mais, as pessoas estão buscando por lugares com belezas naturais extremamente sensíveis como as regiões costeiras. Em consequência de um turismo não planejado e de rápida evolução, esses lugares vêm sendo depreciados e prejudicados pela própria atividade em questão. Nesse contexto, pesquisas científicas de diversas áreas têm enfatizado a necessidade de práticas sustentáveis do turismo, destacando o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma estratégia de gestão do turismo com potencial de promover a conservação ambiental, a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento nas comunidades, configurando-se, também, como um instrumento de luta e defesa pelo território (Araújo, 2024; Irving, 2009; Kiyotani; Costa; Fonseca, 2024).

Pensar novas formas de desenvolvimento do Turismo, promover a participação e o protagonismo comunitário no planejamento e na gestão dessa atividade, como é proposto no TBC, colabora para atingir as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesta pesquisa destacam-se os ODS 8 com a meta “Promover o trabalho decente e crescimento econômico”, ODS 12 com a meta “Garantir consumo e produção responsáveis”, ODS 14 com a meta “Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos”, nos quais o turismo foi citado como propulsor para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2024).

Sob a perspectiva socioambiental, as zonas costeiras brasileiras apresentam elevada diversidade de ecossistemas, sensibilidade ecológica e relevância para a subsistência de comunidades tradicionais (Mochel, 2017). Essas áreas vêm sendo pressionadas por atividades antrópicas, incluindo o turismo desordenado, que pode comprometer tanto a integridade ambiental quanto os modos de vida locais. Nesse contexto, tem-se a comunidade de Mangue Seco, localizada no litoral do município de Raposa/MA, a qual desenvolve atividades de visitação turística de forma espontânea e com pouco protagonismo dos comunitários, evidenciando a necessidade de compreender as relações entre turismo, sociedade e meio ambiente.

Este estudo dialoga com a necessidade de construção e aprimoramento de políticas públicas voltadas ao TBC, pois as mesmas apresentam lacunas relacionadas às suas efetivas

implementações e à inclusão das comunidades tradicionais nos processos decisórios (Araújo, 2024). No âmbito acadêmico, o estudo contribui para o avanço das discussões sobre o TBC no campo das ciências socioambientais, especialmente em áreas costeiras do estado do Maranhão, ampliando o entendimento sobre as dinâmicas socioambientais em comunidades tradicionais, além de fortalecer a abordagem interdisciplinar característica do campo do desenvolvimento e meio ambiente.

Buscou-se compreender a realidade vivenciada pela comunidade de Mangue Seco, considerando suas práticas cotidianas, sua relação com os recursos naturais e sua inserção na dinâmica turística local. Analisou-se, ainda, a percepção dos moradores e suas interações com a prática turística local, buscando valorizar o conhecimento local e contribuir para o fortalecimento do protagonismo comunitário. Esta pesquisa oferece informações relevantes para os comunitários, gestores, instituições e demais atores envolvidos no planejamento turístico do Estado do Maranhão, contribuindo para a construção de estratégias participativas, integradas e alinhadas às especificidades locais e aos princípios do TBC como a equidade social, cooperação, responsabilidade socioambiental, conservação da sociobiodiversidade e geração de trabalho e renda às comunidades receptoras.

Dessa forma, a pesquisa se coloca como instrumento de apoio à tomada de decisão e ao planejamento de ações voltadas à sustentabilidade socioambiental na comunidade de Mangue Seco.

2 HIPÓTESE

O TBC pode colaborar de maneira significativa para a sustentabilidade socioambiental na comunidade de Mangue Seco, uma vez que possui como princípios norteadores a sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural, protagonismo comunitário, valorização do patrimônio cultural e a gestão participativa.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a relação existente entre a comunidade e a dinâmica de visitação na praia Mangue Seco como estratégia para a implantação do TBC.

3.2 Objetivos específicos

Verificar a percepção dos moradores sobre a comunidade local e suas potencialidades em relação a inserção de uma atividade turística na região.

Investigar as interações entre as atividades cotidianas, a cadeia produtiva existente na comunidade e as práticas turísticas propostas no modelo TBC.

Produzir um diagnóstico acerca das aptidões e vocações ambientais e socioculturais da localidade.

Contribuir para a estruturação de um plano de TBC para a comunidade de Mangue Seco.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo estabelece as bases teóricas do TBC e analisa o panorama das iniciativas e da produção científica sobre o tema no Estado do Maranhão. A fundamentação aborda a evolução do TBC como alternativa sustentável ao turismo convencional, destacando o foco no protagonismo local, na conservação ambiental e na distribuição equitativa de benefícios. Na sequência, o texto detalha as experiências maranhenses e discute criticamente as recentes políticas públicas estaduais, apontando descompasso entre a redação das leis e a realidade ecológica e sociocultural do Estado.

4.1 Turismo de Base Comunitária - contexto geral.

O viés econômico do turismo dentro de um mercado globalizado, e ávido por receitas e desenvolvimento, constitui uma relevante motivação para expansão do turismo, principalmente em regiões em desenvolvimento (Tomazzoni *et al.*, 2023). No entanto, o turismo é um fenômeno complexo e interdisciplinar caracterizado por uma rede de relações interligadas, abrangendo uma diversidade de atores, como turistas, empresas, governos, comunidades anfitriãs e elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Beni, 2007). Essa interação ocorre dentro de um ciclo dinâmico de oferta e demanda, no qual diferentes agentes desempenham papéis fundamentais na estruturação das atividades turísticas e na experiência dos visitantes e comunidades (Fratucci; Moraes 2020).

Dentro de um contexto atual e com base nas tendências e desafios do turismo contemporâneo, é importante conhecer profundamente a oferta e a demanda turística integrando, de forma holística, seus indicadores e elementos, pois envolvem recursos de diversos setores da sociedade, de uso turístico e não turístico, como educação, religião, comércio, agricultura, indústria e outros (BRASIL, 2023). Esse conhecimento torna-se indispensável para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e para a governança de regiões e destinos turísticos (Llupart; Rodríguez, 2022).

A atividade turística, quando realizada sem planejamento e participação social, se apropria das comunidades, suas culturas e do ambiente natural, explorando esses elementos como recursos e atrativos para os visitantes podendo gerar impactos adversos, tornando fundamental a adoção de práticas sustentáveis que garantam a preservação do patrimônio local e o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação (Butler, 1999). Rodrigues (2011) entende que o turismo deve ser realizado de forma planejada, levando-se em consideração um

conjunto de decisões e ações a serem desenvolvidas para o uso sustentável dos recursos de forma que a sociedade possa receber seus benefícios.

A partir da década de 1980, surge na América Latina, sob a influência do movimento ambientalista, a necessidade de se pensar o turismo com bases sustentáveis, um modelo de gestão da atividade turística, denominado Turismo de Base Comunitária (TBC) (Irving, 2009). O TBC objetiva integrar as comunidades tradicionais ao desenvolvimento do turismo, estimular o empoderamento e o sentimento de pertencimento, promover a valorização cultural, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a distribuição equitativa dos benefícios econômicos da prática do turismo (Irving, 2009).

O TBC deriva do turismo sustentável, definido pela Organização Mundial do Turismo (2003) como “aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais”, ampliando o envolvimento do turismo com as questões socioambientais, culturais e econômicas de uma localidade. O TBC atende, também, a uma demanda turística focada na qualidade, autenticidade da experiência, no intercâmbio cultural, harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados (Zaoual, 2008). Araújo (2024) corrobora que o mercado do TBC é exigente e a sua demanda é altamente sensível em termos de valorização cultural, promoção de renda para a comunidade e troca de experiências.

No contexto brasileiro, as pesquisas e debates sobre TBC aconteceram, de maneira mais crítica, a partir da década de 1990 no âmbito dos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL). Os debates trazidos a partir desses encontros evidenciaram a necessidade de abordar o TBC como um tema interdisciplinar e possibilitaram a formação de redes de pesquisadores e a publicação de textos de referência no tema. Segundo a análise de Irving (2009), as pesquisas e trabalhos traziam uma perspectiva mais focada no mercado e a abordagem do TBC como estratégia de inclusão, participação social e governança democrática aconteceu de forma mais recente e se tornou prioritária.

Para Araújo (2024), o TBC é uma estratégia de desenvolvimento local que busca fortalecer o empreendedorismo comunitário, a economia solidária e o empoderamento. Dessa forma, o TBC proporciona à comunidade a oportunidade de ocupar um lugar no mercado turístico que antes era dominado pelas empresas, fortalecendo os processos participativos como exercício de cidadania e incentivando a responsabilidade individual e a cooperação coletiva, sendo essas as bases para a instauração do TBC em um determinado lugar.

Em lugares com grande beleza cênica, riqueza natural, diversidade cultural e potencial para a visitação turística, podendo envolver conflitos por território, especulação

imobiliária e vulnerabilidade socioambiental, o desenvolvimento de ações de TBC é capaz de promover, mesmo que de forma lenta, o fortalecimento das organizações sociais e suas bases (Araújo, 2024). A partir disso, o TBC se torna uma via de mobilização e articulação social para melhorar a qualidade de vida, a dignidade humana e cidadã, gerar renda e trabalho, valorizar o modo de vida e saberes ancestrais, melhorar a infraestrutura básica local, permitindo, dessa forma, que a comunidade permaneça nos seus territórios de forma digna (Silva; Silva, 2025).

Diante das necessidades elencadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2024), o TBC, por ser uma prática interdisciplinar e transversal, colabora, direta ou indiretamente, para atingir suas metas. Nesta pesquisa destacam-se os ODS 8 com a meta “Promover o trabalho decente e crescimento econômico”, ODS 12 com a meta “Garantir consumo e produção responsáveis”, ODS 14 com a meta “Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos”, nos quais o turismo foi citado como propulsor para o desenvolvimento sustentável. Portanto, o TBC é capaz de promover práticas sustentáveis, fomentar o empreendedorismo comunitário, criativo e inovador e estimular a produção e o consumo de produtos locais, o fazer artesanal, a cultura e história local, pois envolve a comunidade na gestão da atividade, podendo gerar renda para a comunidade e trabalho digno e decente (Irving, 2018).

Nas áreas costeiras e marinhas, o desenvolvimento do TBC nas comunidades é capaz de contribuir para a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros através da manutenção e incentivo das atividades tradicionais e sustentáveis de pesca, aquicultura, mariscagem e ações de educação ambiental que sensibilizam para a importância da conservação dessas áreas (ONU, 2024).

4.2 Turismo de Base Comunitária no Maranhão

O Estado do Maranhão despontou no ranking mundial do “The New York Times” entre os melhores destinos para visitar em 2023 (EMBRATUR, 2023). No entanto, após breve levantamento bibliográfico, observa-se no Maranhão, a produção do conhecimento científico na temática que envolve o turismo e suas nuances se concentra nas regiões com o maior fluxo de pessoas e com infraestrutura turística estabelecida a exemplo do núcleo urbano de São Luís e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em julho de 2024 (EMBRATUR, 2024). Esse reconhecimento aumenta a

visibilidade do Estado do Maranhão no cenário turístico internacional e ressalta a importância da conservação ambiental do parque e da região no seu entorno.

Em 2019, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) publicou o livro intitulado “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências.” (BRASIL, 2019). Esta publicação traz os aprendizados de comunitários e gestores públicos com o tema e faz parte de um conjunto de ações que o ICMBio vem adotando desde 2011 para fortalecer o TBC nas Unidades de Conservação Federais. No contexto do Maranhão, a publicação contempla a iniciativa de TBC na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba que compreende os municípios de Ilha Grande no Piauí e Araiões e Água Doce no Maranhão (BRASIL, 2000).

Algumas pesquisas foram realizadas no âmbito dos cursos de graduação, programas de pós-graduação e artigos científicos foram publicados. Pinheiro (2017) analisa o TBC na Ilha de Lençóis, município de Cururupu. Santos e Rocha (2022) fazem uma análise acerca dos projetos “Rota das Areias” e “Rota Guaxenduba” no Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim, municípios de Santo Amaro do Maranhão e Icatu. Kiyotani *et al.* (2022) identifica, caracteriza e mapeia as iniciativas de TBC e a sua repercussão nos municípios litorâneos da Região Nordeste do Brasil, do Maranhão a Alagoas, sendo identificadas no Maranhão iniciativas nos municípios de Alcântara, Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão. Pinho (2021) identifica as potencialidades e limitações para desenvolver o turismo nas comunidades de Atins e Mandacaru, município de Barreirinhas.

A região do PNLN é contemplada com estudos realizados e orientados pela Professora Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo, coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação em Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Dentre eles, tem-se “O protagonismo feminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa do município de Santo Amaro do Maranhão” no qual apresenta como objetivo principal investigar o protagonismo feminino das empreendedoras, tendo como referência o que é realizado sob a ótica do turismo de base comunitária, em Betânia e Travosa (Vieira *et al.* 2022). A interrelação da bioeconomia e do TBC foi o tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Silva (2023) no qual investigou a cadeia produtiva do sarnambi (*Anomalocardia flexuosa*) na comunidade Travosa, em Santo Amaro do Maranhão.

No povoado Canárias da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, município de Araiões, Cardoso (2022) identificou práticas e percepções do Turismo de Base Comunitária, mais especificamente no que tange ao princípio da Conservação da Sociobiodiversidade nos

meios de hospedagem. Ainda no contexto da RESEX, no estudo “Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI)”, Mattos (2009) analisou a dinâmica da comunidade, a inserção da prática do turismo na região como uma nova estratégia de desenvolvimento.

Pereira (2023), em sua dissertação de mestrado, abordou questões relativas à comunidade remanescente de quilombo Damásio, município de Guimarães, trazendo uma reflexão sobre as possibilidades e ações que possam melhorar tanto o desenvolvimento humano como o social e econômico desse território através do TBC e o Turismo de Experiência.

No município de Brejo, Rocha (2025) e Ferreira *et al.* (2025) fizeram uma caracterização das comunidades do Projeto de Assentamento Árvores Verdes e Quilombola Vila das Almas, respectivamente, apontando o TBC como alternativa estratégica para o desenvolvimento local. Pereira, Costa e Silva (2023) realizaram um evento para a elaboração do TCC do Curso de Turismo denominado “Imersão cultural para o Turismo de Base Comunitária no Quilombo Saco das Almas, Brejo - MA” que teve como propósito valorizar a cultura local e promover o turismo sustentável na região, buscando o desenvolvimento econômico e social da comunidade quilombola.

Moraes e Carvalho (2022) trouxeram a produção artesanal como possibilidade para desenvolver o TBC no município de Tutóia. O TBC no povoado São Raimundo, município de São Bernardo, foi objeto de estudo do TCC de Silva (2024).

O Coletivo TBC – Maranhão, criado em setembro de 2020, mapeou as ações de TBC no Estado do Maranhão. Nesse estudo, publicado em 2025, foram identificadas ações nos municípios de Santo Amaro do Maranhão, Amarante, Coelho Neto, Barreirinhas, Alcântara, Icatú, Axixá, Itapecuru-mirim, Vargem Grande, Raposa (Povoado de Canto na Ilha de Curupu), Bequimão, Cururupu, Mirinzal, Guimarães, Grajaú, Brejo, Chapadinha, São Bernardo e Tutóia, totalizando 19 municípios com ações de TBC (Silva; Silva, 2025). No entanto, o referido estudo não apresentou detalhes, resultados ou discussão sobre as ações de TBC nos municípios mapeados.

Quanto às políticas públicas de TBC, em 2024, no Maranhão, foram promulgadas duas leis. A Lei Estadual nº 12.206, de 20 de fevereiro de 2024, que estabelece as diretrizes para a instituição da Política Estadual de Turismo Rural de Base Comunitária na agricultura familiar com o objetivo de fomentar iniciativas turísticas em comunidades rurais. Esta lei menciona o Bioma Caatinga e o semiárido como áreas a serem valorizadas revelando uma incongruência entre o texto legal e a realidade ecológica do estado (MARANHÃO, 2024). De

acordo com o IBGE (2019) e o MapBiomias (2023), o Maranhão possui predominância dos biomas Amazônia e Cerrado, sendo a Caatinga presente em menos de 1% do território estadual.

A Lei Estadual nº 12.318 de 20 de junho de 2024 institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Maranhão. Esta lei menciona a valorização e conservação da sociobiodiversidade mineira, visitação a vinícolas, alambiques e cafés coloniais, elementos culturais e produtivos que não são característicos do Maranhão, ainda, restringe o TBC a atividades realizadas no meio rural (MARANHÃO, 2024).

Embora as legislações representem um marco importante na institucionalização do Turismo de Base Comunitária no Maranhão, a redação delas apresenta trechos que não dialogam com a realidade sociocultural, econômica e ecológica do estado. Tais incongruências sugerem uma possível transposição normativa não adaptada ao contexto maranhense, o que pode comprometer a efetividade da política ao desconsiderar as especificidades territoriais e socioambientais locais.

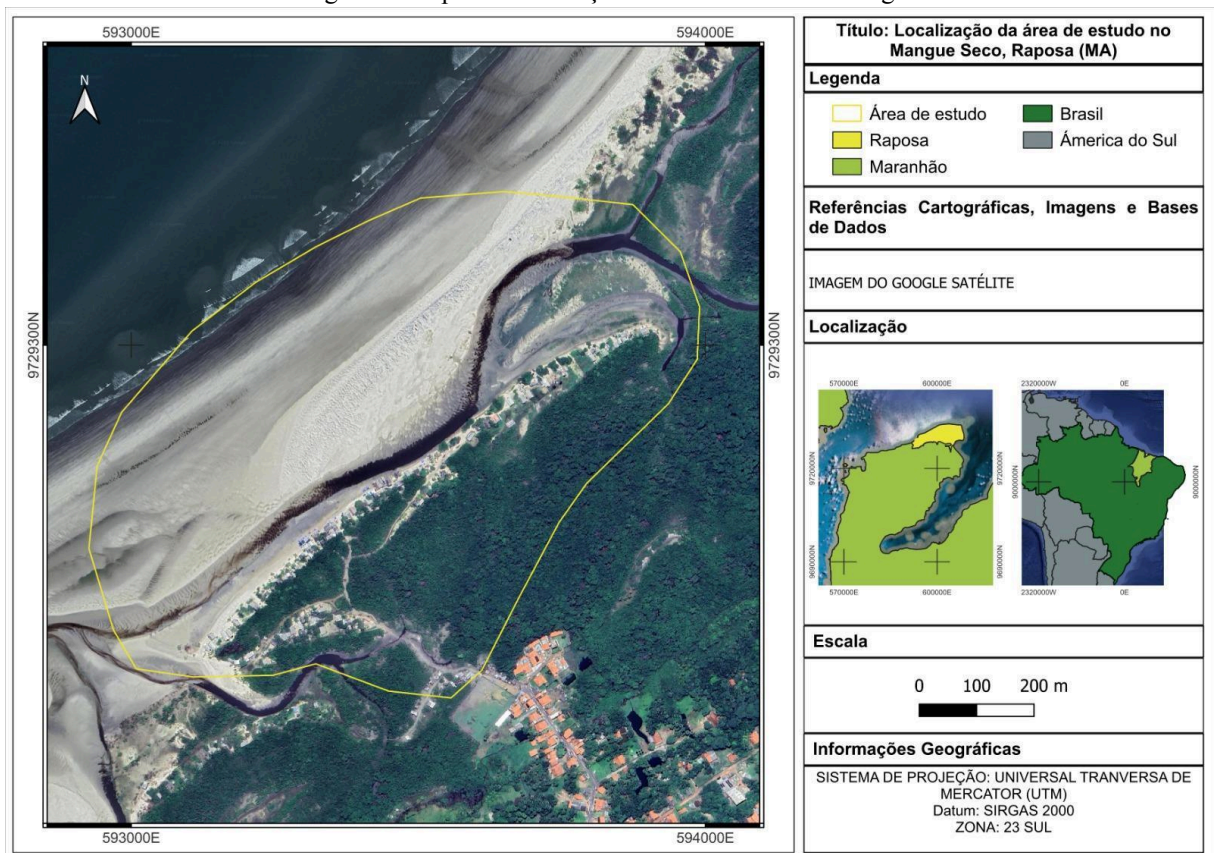
5 MATERIAL E MÉTODOS

Este capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, detalhando etapas, critérios adotados, definição da amostra e técnicas de tratamento e análise dos dados. Por fim, explicita os preceitos éticos que orientaram a condução do estudo, assegurando rigor científico e respeito aos participantes.

5.1 Área de estudo

A comunidade de Mangue Seco situa-se no litoral do município de Raposa - MA, nas coordenadas geográficas $2^{\circ} 27' 06,86''$ S, $44^{\circ} 09' 20,33''$ W e $2^{\circ} 27' 21,81''$ S, $44^{\circ} 09' 45,76''$ W. Para fins de análise, o recorte espacial estabelecido abrange o segmento compreendido entre o portal de entrada da comunidade e a praia, não incluindo a área urbanizada e asfaltada. (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Raposa é um município maranhense situado no setor norte do Estado, criado em 10 de novembro de 1994 por intermédio da Lei Orgânica nº 6.132/94, pertencente à Região

Metropolitana de São Luís desde 1998 (Vasconcelos, et al 2020). Apresenta clima quente e úmido, precipitação pluviométrica anual entre 1.600 mm e 2.000 mm com regime de chuvas dividido entre período chuvoso (janeiro a junho) e período de estiagem (julho a dezembro) e temperatura média anual superior a 27°C (Maranhão, 2002).

A população do município no último Censo (2022), era de 30.839 pessoas, com estimativa de 32.054 pessoas para o ano de 2024. Possui uma área territorial com 79,213 km², onde 8,94 km² é de área urbanizada (IBGE, 2024). Apresenta uma ótima condição pesqueira, vastos manguezais e cenários de praias e dunas que favorecem o avanço de atividades antrópicas e turismo (Lyra, 2022). O município possui, predominantemente, uma população que se mantém da pesca artesanal, incluindo peixes, mariscos e crustáceos (Santos, et al 2011).

O município de Raposa está inserido na Área de Proteção Ambiental Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças, Unidade de Conservação (UC) Estadual de uso sustentável, criada pelo Decreto Estadual nº 12.428 de 05 de junho de 1992, com o objetivo de “disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, as atividades de caça e pesca, a proteção à fauna e à flora, a manutenção das biocenoses daqueles ecossistemas e o padrão de qualidade das águas” (Maranhão, 1992).

Raposa pertence ao Polo Turístico São Luís, juntamente com os municípios de Alcântara, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís. De acordo com Silva (2020), é um destino bastante procurado principalmente aos finais de semana e feriados devido a sua proximidade com a capital, o fácil acesso e o custo relativamente baixo. O turismo em Raposa funciona em um sistema de “bate e volta” em que os visitantes chegam no início da manhã e retornam, ao final da tarde, aos seus lugares de origem ou à capital São Luís, onde fica a maior parte dos hotéis e pousadas. Ressalta-se que a prática do turismo está condicionada à tábua de marés da região, onde durante a baixa-mar o passeio náutico para visitar as praias e as dunas fica inviável. Sobre esse aspecto é interessante explicar a dinâmica das macro marés no Golfão Maranhense, caracterizada por uma altura que pode atingir 7,5 metros (Carvalho Neta; Castro, 2008).

Dentre os atrativos turísticos mais procurados do município, estão o artesanato, a culinária local, as praias e as dunas móveis, as quais foram batizadas popularmente de Fronhas Maranhenses, como uma forma de alusão ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, se caracterizando como um ambiente similar, mas em tamanho reduzido do parque o qual é um destino comercializado e divulgado internacionalmente (Da Silva Carvalho *et al.*, 2025).

5.2 Metodologia

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualiquantitativa, de natureza exploratório-descritiva, adotando diferentes perspectivas de análise hermenêutica, análise de conteúdo, fenomenológica e etnográfica, com destaque para o uso da História Oral como principal instrumento metodológico (Oliveira, 2016; Beaud *et al.*, 2014; Merleau-Ponty, 2006; Grubits *et al.*, 2004).

A pesquisa foi conduzida em 6 visitas de campo para observação e percepção da comunidade, registros fotográficos, levantamento de informações e realização das entrevistas. Foram aplicadas 32 entrevistas presenciais através de um formulário impresso, elaborado com o auxílio da ferramenta *SurveyMonkey*, possuindo roteiro semiestruturado, contendo questões socioeconômicas, culturais, ambientais, infraestrutura básica, turística e serviços, entre outras. Quanto à seleção dos participantes, utilizou-se uma amostragem não probabilística e não intencional, definida com base em critérios de conveniência e disponibilidade (Gil, 2019).

Para estimar o número de participantes necessário à pesquisa, foi utilizada a fórmula simplificada para o cálculo amostral amplamente utilizada em estudos de ciências sociais (Barbetta, 2007). Considerando uma população total de 30.839 habitantes no município de Raposa (MA), conforme IBGE (2022).

A fórmula utilizada foi a seguinte: $n = N / 1 + N (e^2)$

Onde:

“n” é o tamanho da amostra necessário.

“N” é o tamanho da população.

“e” é a margem de erro desejada.

Usando os valores fornecidos, temos: $n = 30.839 / 1 + 30.839 (0,15^2)$

$n = 44,38$

Adotou-se uma margem de erro de 15% e um nível de confiança de 95%, o que indicou inicialmente a necessidade de uma amostra composta por aproximadamente 44 indivíduos. No entanto, considerando as especificidades da comunidade de Mangue Seco, como seu recorte territorial dentro do município de Raposa, optou-se por ajustar a amostra para 32 participantes a fim de melhor refletir a realidade local, sem comprometer a representatividade dos dados.

5.3 Análise, Interpretação e Tratamento dos dados levantados.

A análise e interpretação dos dados foi conduzida com base nos objetivos do estudo, buscando compreender o TBC como estratégia de sustentabilidade socioambiental no Mangue Seco. Os dados coletados via entrevista e demais recursos foram analisados segundo as orientações propostas por Minayo (2001) e Bardin (2011) para análise de conteúdo temático, quais sejam: pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados. As 32 entrevistas foram transcritas e as respostas das entrevistas tabuladas e analisadas em planilhas Excel para elaboração dos gráficos representativos. Procedeu-se, também, a aplicação da correlação de *Spearman* sobre os dados coletados via entrevistas. Adotou-se, também, a metodologia do Índice de Atratividade Turística (IAT) adaptada à realidade do território comunitário em estudo.

As observações e registros fotográficos obtidos nas atividades de campo foram analisados em laboratório e as coordenadas geográficas obtidas plotadas em imagens de satélite LANDSAT e SENTINEL para elaboração do mapa temático.

5.4 Procedimentos éticos.

Utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE e demais orientações nos termos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde vigentes. As atividades desta pesquisa, incluindo o uso de formulários e fotografias, foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) na Plataforma Brasil, sob o número 97143526.6.0000.5087, e parecer nº 8.420.709.

6 CAPÍTULO 1

ARTIGO CIENTÍFICO SUBMETIDO E PUBLICADO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA UNIARAGUAIA. PRINT DA SUBMISSÃO NO ANEXO 1.

ANÁLISE DA APTIDÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE MANGUE SECO, RAPOSA (MARANHÃO, BRASIL).

Marina de Araujo Barros
 Scarlleth Patrícia Salomão da Silva
 Matheus Cutrim Silva
 Edson Vicente da Silva
 Arkley Marques Bandeira
 Flávia Rebelo Mochel

RESUMO

O turismo é uma atividade multidisciplinar que utiliza como elementos principais a cultura e os recursos naturais de uma localidade receptora. O turismo de massa, desordenado, provoca a depreciação dos atributos socioambientais prejudicando a atividade turística. Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária (TBC) se apresenta como uma proposta de desenvolvimento do turismo com potencial de promover a sustentabilidade socioambiental no contexto das comunidades tradicionais. Este artigo objetiva analisar a aptidão para a implantação do TBC na comunidade de Mangue Seco, município de Raposa-MA, que recebe visitantes de forma espontânea e com pouco protagonismo dos comunitários. Empregou-se uma abordagem qualiquantitativa, exploratório-descritiva, integrando as perspectivas etnográfica e fenomenológica e adaptou-se o Índice de Atratividade Turística (IAT), cujos valores limitam-se entre 0 e 5. Os resultados apresentaram um IAT médio de 2,90, com o menor IAT para o atributo manejo (inferior a 2,0) mostrando que a aptidão é influenciada pela pouca ou nenhuma infraestrutura básica como saneamento, abastecimento de água e energia. O IAT mais elevado foi obtido para os atributos biofísico e social (entre 3,0 e 4,0) revelando a localidade como um potencial destino de relevância regional. Recomenda-se uma gestão integrada e participativa para a busca de alternativas sustentáveis e em coerência com a realidade local para que o TBC venha a se constituir uma estratégia bem sucedida.

Palavras-chave: comunidade tradicional; turismo; zona costeira; sustentabilidade socioambiental.

ANALYSIS OF THE APTITUDE FOR THE IMPLEMENTATION OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE COMMUNITY OF MANGUE SECO, RAPOSA (MARANHÃO, BRAZIL).

ABSTRACT

Tourism is a multidisciplinary activity that uses the culture and natural resources of a receiving location as its main elements. Mass tourism, disorderly, causes the depreciation of socio-environmental attributes, harming tourist activity. In this context, Community-Based Tourism (CBT) presents itself as a proposal for the development of tourism with the potential

to promote socio-environmental sustainability in the context of traditional communities. This article aims to analyze the aptitude for the implementation of CBT in the community of Mangue Seco, municipality of Raposa-MA, which receives visitors spontaneously and with little protagonism of the community. A qualitative-quantitative, exploratory-descriptive approach was used, integrating the ethnographic and phenomenological perspectives, and the Tourist Attractiveness Index (TAI) was adapted, whose values are limited between 0 and 5. The results showed an average IAT of 2.90, with the lowest IAT for the management attribute (less than 2.0) showing that fitness is influenced by little or no basic infrastructure such as sanitation, water supply and energy. The highest IAT was obtained for the biophysical and social attributes (between 3.0 and 4.0), revealing the locality as a potential destination of regional relevance. An integrated and participatory management is recommended for the search for sustainable alternatives and in coherence with the local reality so that CBT becomes a successful strategy.

Keywords: traditional community; tourism; coastal zone; socio-environmental sustainability.

INTRODUÇÃO

O viés econômico do turismo dentro de um mercado globalizado, e ávido por receitas e desenvolvimento, constitui uma relevante motivação para expansão do turismo, principalmente em regiões em desenvolvimento (Tomazzoni *et al.*, 2023). No entanto, o turismo é um fenômeno complexo e interdisciplinar caracterizado por uma rede de relações interligadas, abrangendo uma diversidade de atores, como turistas, empresas, governos, comunidades anfitriãs e elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Beni, 2007). Essa interação ocorre dentro de um ciclo dinâmico de oferta e demanda, no qual diferentes agentes desempenham papéis fundamentais na estruturação das atividades turísticas e na experiência dos visitantes e comunidades (Fratucci; Moraes 2020).

A atividade turística, quando realizada sem planejamento e participação social, se apropria das comunidades, suas culturas e do ambiente natural, explorando esses elementos como recursos e atrativos para os visitantes podendo gerar impactos adversos, tornando fundamental a adoção de práticas sustentáveis que garantam a preservação do patrimônio local e o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação (Butler, 1999). Rodrigues (2011) entende que o turismo deve ser realizado de forma planejada, levando-se em consideração um conjunto de decisões e ações a serem desenvolvidas para o uso sustentável dos recursos de forma que a sociedade possa receber seus benefícios.

A partir da década de 1980, surge na América Latina, sob a influência do movimento ambientalista, a necessidade de se pensar o turismo com bases sustentáveis, um modelo de gestão da atividade turística, denominado Turismo de Base Comunitária (TBC) (Irving, 2009). O TBC objetiva integrar as comunidades tradicionais ao desenvolvimento do turismo, estimular o empoderamento e o sentimento de pertencimento, promover a valorização cultural, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a distribuição equitativa dos benefícios econômicos da prática do turismo (Irving, 2009).

Para Araújo (2024), o TBC é uma estratégia de desenvolvimento local que busca fortalecer o empreendedorismo comunitário, a economia solidária e o empoderamento. Dessa forma, o TBC proporciona à comunidade a oportunidade de ocupar um lugar no mercado turístico que antes era dominado pelas empresas, fortalecendo os processos participativos como exercício de cidadania e incentivando a responsabilidade individual e a cooperação coletiva, sendo essas as bases para a instauração do TBC em um determinado lugar.

Em lugares com grande beleza cênica, riqueza natural, diversidade cultural e potencial para a visitação turística, podendo envolver conflitos por território, especulação imobiliária e vulnerabilidade socioambiental, o desenvolvimento de ações de TBC é capaz de promover, mesmo que de forma lenta, o fortalecimento das organizações sociais e suas bases (Araújo, 2024). A partir disso, o TBC se torna uma via de mobilização e articulação social para melhorar a qualidade de vida, a dignidade humana e cidadã, gerar renda e trabalho, valorizar o modo de vida e saberes ancestrais, melhorar a infraestrutura básica local, permitindo, dessa forma, que a comunidade permaneça nos seus territórios de forma digna (Silva; Silva, 2025).

No contexto das áreas costeiras e marinhas, o desenvolvimento do TBC nas comunidades é capaz de contribuir para a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros através da manutenção e incentivo das atividades tradicionais e sustentáveis de pesca, aquicultura, mariscagem e ações de educação ambiental que sensibilizam para a importância da conservação dessas áreas (ONU, 2024).

Após breve levantamento bibliográfico, observa-se que, no Maranhão, a produção do conhecimento científico na temática que envolve o turismo e suas nuances se concentra nas regiões com o maior fluxo de pessoas e com infraestrutura turística estabelecida a exemplo do núcleo urbano de São Luís e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em julho de 2024 (EMBRATUR, 2024). Esse reconhecimento aumenta a visibilidade do Estado do Maranhão no cenário turístico internacional, ressaltando, também, a importância da conservação socioambiental do parque e da região no seu entorno.

O objetivo deste estudo é avaliar a aptidão para implantação do TBC na comunidade de Mangue Seco, situada no município de Raposa/MA, considerando que a comunidade está inserida em uma região turística, recebe visitantes, oferece serviços de lazer e vivências culturais de forma espontânea e sem planejamento.

MATERIAL E MÉTODOS

Metodologia

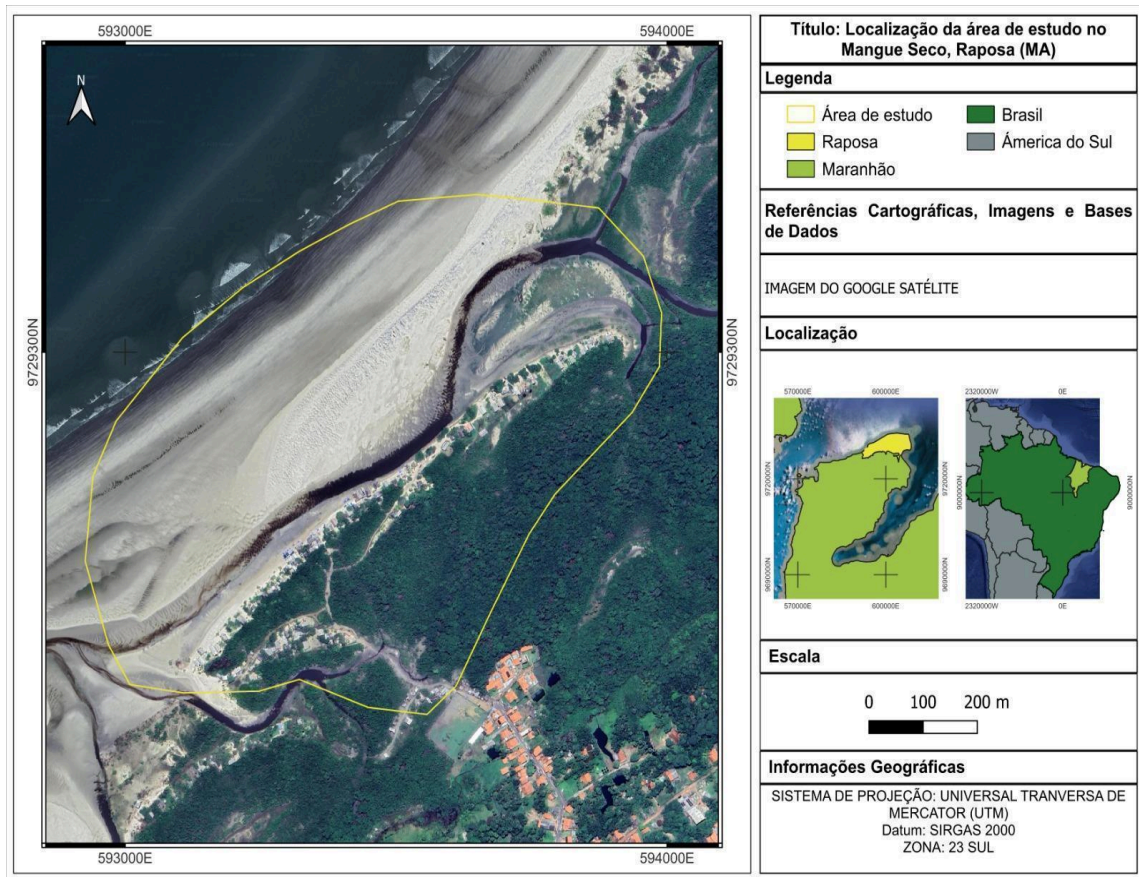
A investigação fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, incorporando distintas perspectivas de análise — hermenêutica, análise de conteúdo, fenomenológica e etnográfica — com ênfase no emprego da História Oral como principal instrumento metodológico (Oliveira, 2016; Beaud *et al.*, 2014; Merleau-Ponty, 2006; Grubits *et al.*, 2004).

Inicialmente, procedeu-se à revisão bibliográfica, por meio do levantamento e da análise da literatura científica já produzida, com o propósito de compreender, contextualizar e fundamentar teoricamente a discussão sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC).

Área de estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade de Mangue Seco, localizada no município de Raposa, estado do Maranhão, compreendida entre as coordenadas geográficas S 2° 27'06,86", W 44° 09'20,33" e S 2° 27'21,81", W 44° 09'45,76" (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

O município de Raposa, criado em 10 de novembro de 1994 por intermédio da Lei Orgânica nº 6.132/94, integra a Região Metropolitana de São Luís desde 1998 (Vasconcelos *et al.*, 2020). Situado ao norte do estado, apresenta clima quente e úmido, com precipitação pluviométrica anual entre 1.600 mm e 2.000 mm, regime de chuvas dividido entre período chuvoso (janeiro a junho) e período de estiagem (julho a dezembro), e temperatura média anual superior a 27°C (Maranhão, 2002).

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população do município era de 30.839 habitantes, com estimativa de 32.054 pessoas para o ano de 2024. Sua área territorial abrange 79,213 km², dos quais 8,94 km² correspondem a área urbanizada (IBGE, 2024). O município destaca-se pela expressiva condição pesqueira, pela presença de vastos manguezais e por cenários de praias e dunas que favorecem o avanço de atividades antrópicas e turísticas (Lyra, 2022). A população local dedica-se predominantemente à pesca artesanal, incluindo a captura de peixes, mariscos e crustáceos (Santos *et al.*, 2011).

Raposa encontra-se inserido na Área de Proteção Ambiental Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças, Unidade de Conservação estadual de uso sustentável, instituída pelo Decreto Estadual nº 12.428, de 5 de junho de 1992, com o objetivo de “disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, as atividades de caça e pesca, a proteção à fauna e à flora, a manutenção das biocenoses daqueles ecossistemas e o padrão de qualidade das águas” (Maranhão, 1992). O município integra o Polo Turístico São Luís, juntamente com Alcântara, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís. Conforme assinala Silva (2020), constitui destino turístico de elevada procura, sobretudo nos finais de semana e feriados, em virtude da proximidade com a capital, da facilidade de acesso e do custo relativamente

reduzido. O turismo em Raposa organiza-se no modelo “bate e volta”, no qual os visitantes chegam ao início da manhã e retornam ao final da tarde aos seus locais de origem ou à capital São Luís, onde se concentra a maior parte da infraestrutura hoteleira. Ressalte-se que a prática turística encontra-se condicionada à tábua de marés da região, uma vez que durante a baixa-mar o passeio náutico para visitação das praias e dunas torna-se inviável. Sobre esse aspecto, cumpre destacar a dinâmica das marés no Golfão Maranhense, caracterizada por amplitude que pode atingir 7,5 metros (Carvalho Neta; Castro, 2008). Dentre os atrativos turísticos mais procurados no município, sobressaem-se o artesanato local, as praias e as dunas móveis, popularmente denominadas Fronhas Maranhenses, em alusão ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Tais formações configuram ambiente similar, porém em escala reduzida, ao referido parque, destino turístico amplamente comercializado e divulgado internacionalmente (Da Silva Carvalho *et al.*, 2025).

Coleta e Análise de Dados

A pesquisa empírica foi desenvolvida em seis visitas de campo realizadas entre os anos de 2024 e 2025, durante as quais se empreenderam observações diretas, registros fotográficos e levantamento de informações junto à comunidade, visando à apreensão de suas dinâmicas sociais, ambientais e territoriais.

Os dados obtidos em campo e os demais recursos documentais foram submetidos à análise de conteúdo temática, conforme as diretrizes propostas por Minayo (2001) e Bardin (2011), percorrendo-se as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

As observações *in loco*, as coordenadas geográficas e os registros fotográficos foram analisados e selecionados com base nos objetivos do estudo, de modo a conferir consistência empírica à argumentação desenvolvida.

Adotou-se a metodologia do Índice de Atratividade Turística (IAT), desdobramento do método Rol de Oportunidades de Visitação em Áreas Protegidas (ROS/ROVAP), que analisa a oferta turística com base em três pilares de atributos: físico, social e de manejo (Souza *et al.*, 2017). Para a aplicação na comunidade de Mangue Seco, o IAT foi submetido a uma adaptação técnica, uma vez que os indicadores e medidas originalmente concebidos para Unidades de Conservação Federais foram ajustados à realidade do território comunitário em estudo.

A análise de dados foi realizada em ambiente computacional por meio da linguagem de programação Python, utilizando-se a plataforma Spyder, integrada à distribuição Anaconda. Inicialmente, os dados foram organizados em estruturas tabulares e vetores numéricos, o que possibilitou o cálculo das médias por indicador e por categoria. Em seguida, empregou-se a biblioteca Matplotlib para a construção das visualizações gráficas, incluindo gráficos de barras e diagramas radiais, com parametrização manual de eixos, legendas, escalas e elementos de destaque, tais como linhas de média e marcações individuais. Esse procedimento assegurou maior controle sobre a padronização visual, a organização comparativa das categorias e a clareza na representação dos resultados, garantindo precisão analítica e consistência gráfica (Hunter, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade para o turista é limitada, uma vez que é proibido o uso de veículos automotores à comunidade e à praia do Mangue Seco, sendo necessário atravessar um trecho manguezal e de um igarapé à pé ou de carroça. Durante a maré está alta, os moradores fazem a travessia de barco e cobram um valor pelo serviço (Figura 2). O transporte público atende a

comunidade apenas a partir de MA 203 e o deslocamento até a entrada da comunidade só é possível por meio de transporte particular, serviços de aplicativo ou caminhada.

Figura 2: Trecho de manguezal no caminho de acesso à praia durante a maré vazante.



Fonte: Autores, 2026.

Em relação à infraestrutura básica, observa-se que, por se tratar de uma comunidade situada em área de manguezal, ecossistema legalmente definido como Área de Preservação Permanente pela Lei nº 12.651/2012, há significativa ausência de serviços básicos de saneamento, fornecimento regular de energia elétrica e abastecimento de água encanada. Esse cenário obriga a comunidade a desenvolver alternativas irregulares e inadequadas para suprir suas necessidades (Figura 3). Estas soluções geram impactos ambientais negativos, comprometendo, também, a dignidade humana, a qualidade de vida, saúde e segurança dos comunitários.

Figura 3: Alternativas irregulares para suprimento de serviços de infraestrutura básica. a) encanamento de água instalado de forma irregular, parcialmente enterrado no solo do manguezal. b) fiação elétrica instalada de forma irregular e desorganizada.



Fonte: Autores, 2026.

É relevante destacar que a comunidade de Mangue Seco ocupa terrenos de marinha, bens da União sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e enfrenta conflitos fundiários decorrentes da Ação Civil Pública nº 0097677-95.2015.4.01.3700, proposta no ano de 2015 pelo Ministério Público Federal para coibir ocupações irregulares. Nesse contexto,

conforme relatos obtidos em campo, houve mobilização coletiva que resultou na criação de uma organização da sociedade civil. Segundo informações e dados obtidos na Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras de Mangue Seco e na Associação de Moradores,

A comunidade de Mangue Seco possui uma diversidade de paisagens naturais e belezas cênicas, representadas por manguezais, estuários, praias arenosas, marismas tropicais e apicuns, e paisagens antrópicas caracterizadas por construções em madeira elevadas por estacas (palafitas) com características rústicas (Figura 4). Conforme Marques e Maia Filho (2023), a praia de Mangue Seco se diferencia das principais praias mais próximas por preservar hábitos tradicionais e manter-se pouco afetada pela urbanização, sem construções verticais, avenidas ou grandes equipamentos urbanos à beira-mar.

Figura 4: Paisagens na comunidade de Mangue Seco. a) beleza cênica. b) construções em madeira.



Fonte: Autores, 2026.

É reconhecida por sua vasta diversidade de recursos naturais, os quais fornecem sustento para uma comunidade característica de pescadores e marisqueiras, que utilizam métodos tradicionais em suas atividades (Silva et al, 2024) (Figura 5).

Figura 5: Manguezal na comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Autores, 2026.

O manguezal é um ecossistema expressivo na localidade, proporciona bens e serviços ecossistêmicos, sustenta e renova os estoques pesqueiros, proporciona renda e mantém a cultura e o modo de vida tradicional em uma relação ancestral ser humano-manguezal (Mochel, 2017). É um ecossistema legalmente definido como Área de Preservação Permanente pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Brasil, 2012). Mochel (2011) destaca que o manguezal dessa região possui exuberância e bom desenvolvimento estrutural

devido às condições ambientais favoráveis e ao baixo impacto das atividades humanas em boa parte dessa costa, no entanto, nas sedes municipais e seus arredores e em áreas turísticas, como é o caso de Mangue Seco, os impactos antrópicos são mais expressivos.

Por toda a comunidade, observam-se barcos, pescadores e pescadoras, atividades de reparo de embarcações e a produção artesanal de redes de pesca que configuram o local como um porto comunitário. Na entrada da comunidade, próximo ao portal, existe a Peixaria do Edmilson que comercializa peixes e frutos do mar onde foi possível comprar e solicitar o preparo de iscas para atividade de pesca amadora durante uma visita de campo, configurando-se uma atividade atrativa para a prática do TBC na comunidade (Figura 6). Destacam-se, também, a receptividade dos moradores, a culinária à base de frutos do mar e a balneabilidade da praia, conforme laudo de balneabilidade de praias da Região Metropolitana de São Luís em 02 de fevereiro de 2026 (Maranhão, 2026).

Figura 6: Atividades relacionadas à pesca. a) pescador fazendo reparos na rede de pesca. b) vendedor preparando isca na Peixaria do Edmilson para atividade de pesca amadora.



Fonte: Autores, 2026.

Ao longo da pesquisa de campo, foi possível constatar, que a comunidade recebe visitantes de diversas localidades, como São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e visitantes de outras regiões brasileiras como Pará, Brasília, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e outros países como Argentina, Reino Unido, França e Chile.

Na comunidade já se desenvolvem atividades de visitação turística de forma espontânea e com pouco protagonismo dos comunitários. Passeios e trilhas com roteiro que percorre a Praia do Araçagy (Município de São José de Ribamar), Praia de Olho de Porco (Município de Paço do Lumiar) e Praia de Mangue Seco Município de Raposa são oferecidos por agentes de turismo que não fazem parte da comunidade.

Os lugares mais frequentados pelos visitantes são a praia, as dunas e o manguezal e os serviços mais procurados são lazer na praia, refeições e bebidas nos restaurantes e eventos culturais. Em relação aos eventos, obteve-se a informação de que na comunidade são realizadas festas de reggae, festejos para São Pedro e a feijoada beneficente, denominada FEIJUDOG, com o objetivo de arrecadar recursos para os cuidados com cães abandonados que vivem no local.

Durante as visitas de campo, foi possível testemunhar atividades de pesca tradicional realizada por comunitários, o que possibilitou uma compreensão mais aprofundada das práticas cotidianas, evidenciando a relevância da pesca na dinâmica social, cultural e econômica da comunidade. Destaca-se que uma das atividades de pesca realizadas por um grupo de pescadores utilizando tarrafas chamou a atenção e estimulou a curiosidade de crianças que estavam no local, permitindo a interação das mesmas com os pescadores, troca de informações e experiências. Os pescadores se comportaram de forma paciente e permitiram que as crianças experimentassem o uso da tarrafa e tocassem os peixes (Figura 7).

Figura 7: Pesca artesanal. a) pescador com tarrafa. b) interação de pescadores e crianças durante pescaria.



Fonte: Autores, 2026.

Ainda, a pesca na comunidade é documentada e divulgada por meio do canal no youtube de propriedade de Claudino Souza, com o nome “Tá legal aventura” com mais de 230 mil inscritos, que registra as práticas, desafios e tradições locais relacionadas à atividade (Tá legal aventura, 2026). Identificaram-se os perfis na rede social Instagram com os nomes “Mangue Seco Praia” e “Biblioteca do Caranguejo” com divulgação de imagens e informações sobre a comunidade.

Foi registrada, ainda, a presença de um rapaz cavalgando na praia, o que pode representar uma potencial atividade turística. Contudo, conforme informado pelo rapaz, o cavalo pertence a um haras localizado fora da comunidade, indicando que essa atividade não é, até o momento, gerida ou apropriada pelos moradores locais.

Também foi observada a presença de muitas placas confeccionadas de forma artesanal para sensibilização ambiental quanto ao descarte correto do lixo e conservação da praia. Esta característica é um elemento importante no desenvolvimento de ações para promoção da conservação dos manguezais, transformando a ideia de que a conservação ambiental não é somente dever dos órgãos competentes, mas sim de todos os cidadãos, que têm direito de usufruir um meio ambiente equilibrado (Oliveira; Freitas; Barroso, 2006).

Em relação aos problemas, ameaças e impactos negativos, percebeu-se a ocupação desordenada, construções irregulares para estabelecimentos comerciais e turísticos, como bares e pequenas hospedagens conhecidas como ranchos. A ausência de definição da capacidade de carga, emissão de ruídos e aumento na geração de resíduos sólidos, principalmente embalagens plásticas e garrafas de bebidas também foram identificados.

Diante disso, enfatiza-se a relevância da participação social no planejamento das atividades de visitação, bem como a necessidade de ações voltadas à educação ambiental. Cabe destacar que a comunidade possui a Biblioteca do Caranguejo, uma iniciativa comunitária, estabelecida em 2017 na sede da Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (COOPEMAS), que funciona como um espaço de vivências, educação ambiental e ações sociais e de saúde, representando uma referência para a comunidade (Laudino; Lourenço, 2018; De Souza Lima; Rihan, 2025) (Figura 8). As ações realizadas na Biblioteca do Caranguejo estão alinhadas à Política Nacional de Educação Ambiental no que se refere à educação ambiental não-formal. Atualmente a Biblioteca está em processo de reforma e revitalização com recursos de projeto executado pelo CERMANGUE e LAMA.

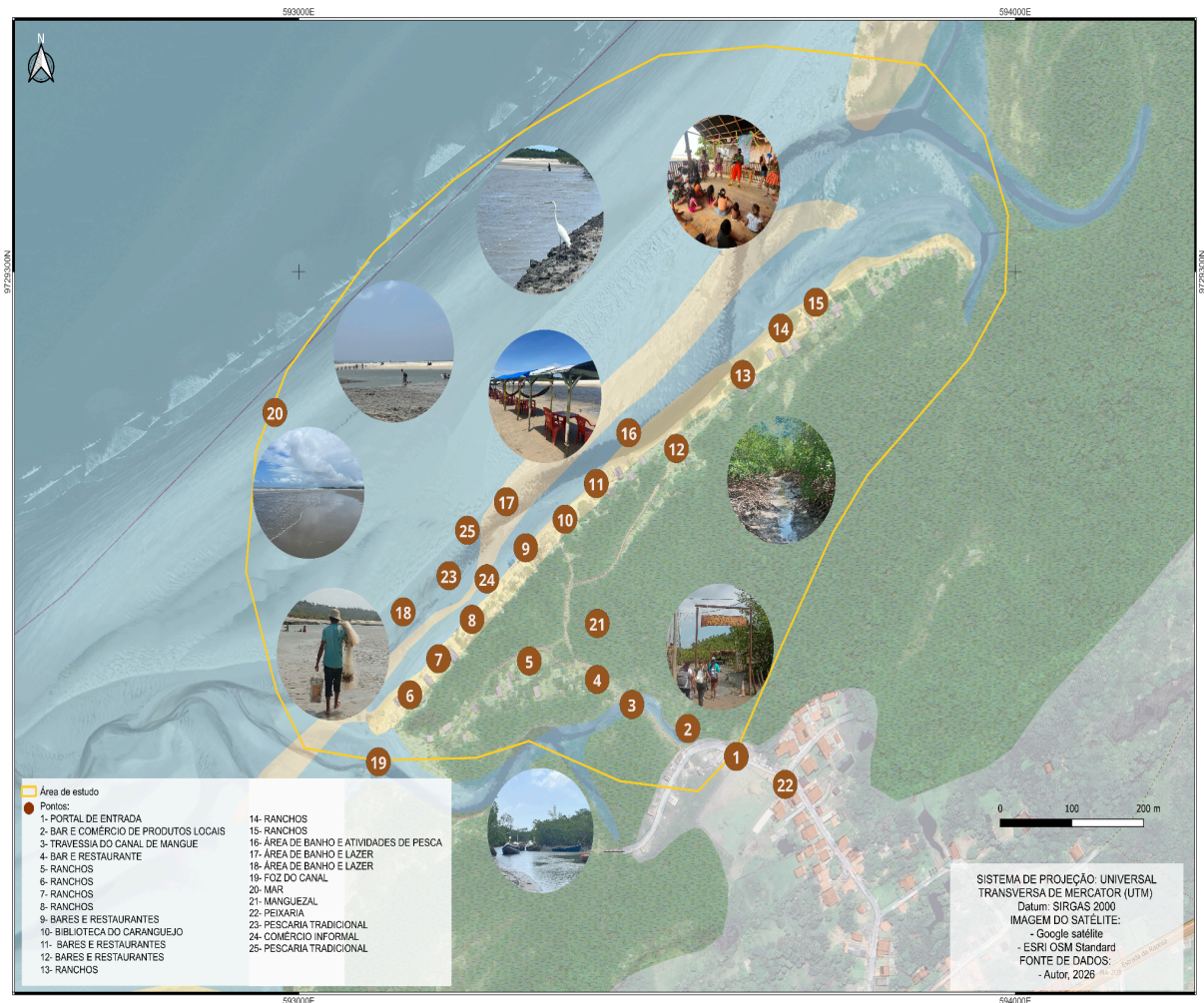
Figura 8: Ação realizada para as crianças da comunidade no 12/10/2025, durante o processo de reforma da biblioteca do Caranguejo.



Fonte: Autores, 2026.

Com o objetivo de espacializar os principais atrativos identificados na comunidade de Mangue Seco, elaborou-se um mapa temático que demonstra os pontos com potencial para atividades de TBC. A representação cartográfica permite visualizar a distribuição territorial dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, evidenciando sua organização espacial e as possíveis conexões entre eles. O mapa constitui, portanto, um instrumento de apoio ao planejamento turístico, contribuindo para uma compreensão integrada da comunidade, para a identificação de áreas estratégicas e para a proposição de roteiros que valorizem as especificidades locais. Dessa forma, o mapa sintetiza graficamente os resultados do levantamento realizado em campo, evidenciando os recursos que podem ser articulados de forma sustentável no contexto do desenvolvimento do TBC (Figura 9).

Figura 9: Mapa dos atrativos com potencial para atividades de TBC na comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Autores, 2026.

A partir da caracterização realizada por meio das visitas de campo, elaborou-se uma tabela para a sistematização das informações, possibilitando a análise integrada de indicadores quantitativos e qualitativos com base na adaptação da metodologia proposta por Souza *et al.* (2017) para a avaliação do Índice de Atratividade Turística (IAT).

A avaliação do IAT foi realizada a partir da aplicação de um instrumento analítico composto por vinte indicadores organizados nas seguintes variáveis: ambiente interno da comunidade e ambiente externo (entorno), abrangendo atributos biofísicos, sociais e de manejo. Para o ambiente interno, o atributo biofísico caracteriza-se pela variedade natural/cultural, atratividade cênica e condições ambientais, o atributo social caracteriza-se pelas qualidades, habilidades e organização social, o atributo de manejo define-se pelas atividades, serviços, infraestrutura e autonomia de gestão. Para o ambiente externo, o atributo biofísico caracteriza-se pela proximidade com outros atrativos regionais e pelo acesso público, o atributo de manejo caracteriza-se pela divulgação.

Cada indicador foi mensurado por meio de uma escala ordinal variando de 0 a 5 pontos, na qual 0 corresponde à condição inexistente ou inaceitável e 5 representa situação excelente ou excepcional (Quadro 1). A atribuição das pontuações baseou-se em observações de campo, análise técnica das condições ambientais e estruturais e apreciação qualitativa dos aspectos sociais e organizacionais da comunidade. Posteriormente, procedeu-se ao cálculo das médias aritméticas por indicador, por categoria e da média geral da área, possibilitando uma leitura comparativa entre dimensões internas e externas, bem como a identificação de potencialidades e fragilidades.

Quadro 1: Sistematização das variáveis para avaliação do Índice de Atratividade Turística (IAT) da comunidade de Manguê Seco com base na adaptação metodológica de Souza *et al.* (2017).

AMBIENTE	ATRIBUTO	INDICADORES	DESCRIÇÃO	VALOR
AMBIENTE INTERNO	BIOFÍSICO	Biodiversidade e ecossistemas	Ecossistemas costeiros variados: praias, dunas, estuários, rios, manguezais, apicuns, marismas, restingas, matas ciliares	5
		Beleza cênica	Elementos visuais: vegetação, mar, areia, dunas, mangue. Elementos sensoriais: cores, temperaturas, sons e cheiros. Paisagem natural	4
		Cultural	Centros de cultura, museus, monumentos, sítios arqueológicos, bibliotecas.	2
		Condições ambientais e climáticas	Temperatura, umidade, chuva, vento, erosão, ondas, balneabilidade.	4
		Restrição ambientais	Áreas de preservação permanente	3
	SOCIAL	Organização social	Organização da sociedade civil, associação, cooperativa, grupos com afinidades.	3
		Conflito socioambiental	Conflitos fundiários, ocupação irregular, restrições normativas, especulação imobiliária.	3
		Receptividade	Comunicação, acolhimento, respeito, empatia, generosidade, confiança	3
	MANEJO	Atividades náuticas e relacionadas à pesca	Passeio de barco, pescaria organizada, vivências com comunitários.	2
		Atividades culturais	Festas, eventos, danças, música, culinária, centro cultural, museu, artesanato	3
		Diversidade de serviços	Guia, transporte, hospedagem, serviços de alimentos e bebidas, aluguel de equipamentos para lazer (boia, prancha de surf, guarda-sol, bicicleta, colete, caiaques etc)	3
		Acessibilidade	Rampas de acesso, vaga de estacionamento, banheiros adaptados, áreas de sombra.	0
		Protagonismo Comunitário	Liderança, engajamento, organização, autonomia e colaboração, realização de ações socioambientais e educativas	3
	Segurança	Presença policial, iluminação pública oficial, posto salva vidas, câmeras de	0	

AMBIENTE	ATRIBUTO	INDICADORES	DESCRIÇÃO	VALOR
			monitoramento, presença de pessoas.	
		Infraestrutura básica	Energia elétrica, água potável, esgoto, coleta de resíduos, limpeza.	2
		Sinalização	Placas informativas, interpretação ambiental, turística de segurança.	2
		Controle na quantidade de visitantes	Estudo da capacidade de carga para visitação, cobrança de taxa de acesso, identificação dos visitantes, controle da entrada de alimentos, bebidas e acessórios de praia, equipamentos de som.	0
AMBIENTE EXTERNO	BIOFÍSICO	Proximidade com outros atrativos regionais	Fronhas Maranhenses, Parque Aquático, Centro Histórico de São Luís.	4
		Acesso público	Facilidade na chegada, via pública MA 203 asfaltada, distância da Comunidade ao aeroporto, distância da sede do município de Raposa para a sede do município de São Luís e vice-versa.	4
	MANEJO	Divulgação	Mídias sociais: perfis em Instagram, sites, canal em youtube, propaganda oficial.	2

LEGENDA VALOR:

- 0 - Inexistente/Inaceitável: O atributo não existe ou o local está abandonado.
 1 - Muito Ruim/Precário: Atributo em péssimas condições, causa insatisfação extrema.
 2 - Ruim/Regular: Atributo abaixo do esperado, precisa de muitas melhorias.
 3 - Satisfatório/Bom: Atributo atende às expectativas básicas, sem destaques.
 4 - Muito Bom: Atributo de alta qualidade, agradável.
 5 - Excelente/Excepcional: Atributo supera expectativas, é um ponto forte do local.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), adaptado de Souza *et al.* (2017).

O índice de atratividade final, obtido da média aritmética entre os valores de ambiente interno e externo, apresentou valor 2,90 (Quadro 2 e Figura 10).

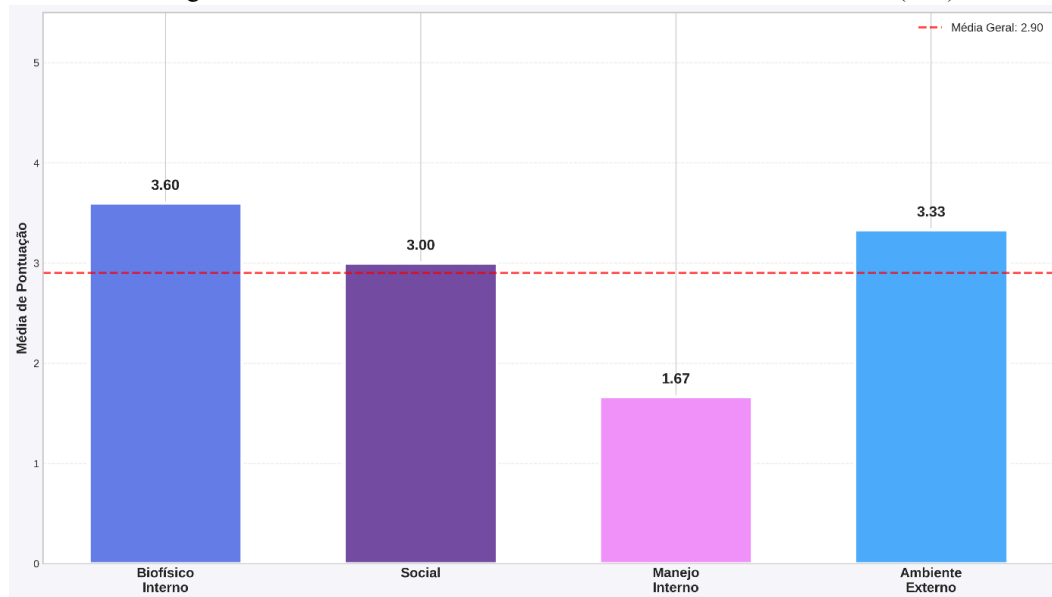
Quadro 2: Resultado do Cálculo do Índice de Atratividade Turística (IAT).

AMBIENTE	ATRIBUTO	VALOR DA MÉDIA POR ATRIBUTO	VALOR DA MÉDIA POR AMBIENTE
INTERNO	Biofísico	3,6	2,8
	Social	3,0	
	Manejo	1,7	

EXTERNO	Biofísico	4,0	3,0
	Manejo	2,0	
Índice de Atratividade Turística (IAT)			2,9

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), adaptado de Souza *et al.* (2017).

Figura 10: Resultado do Cálculo do Índice de Atratividade Turística (IAT).



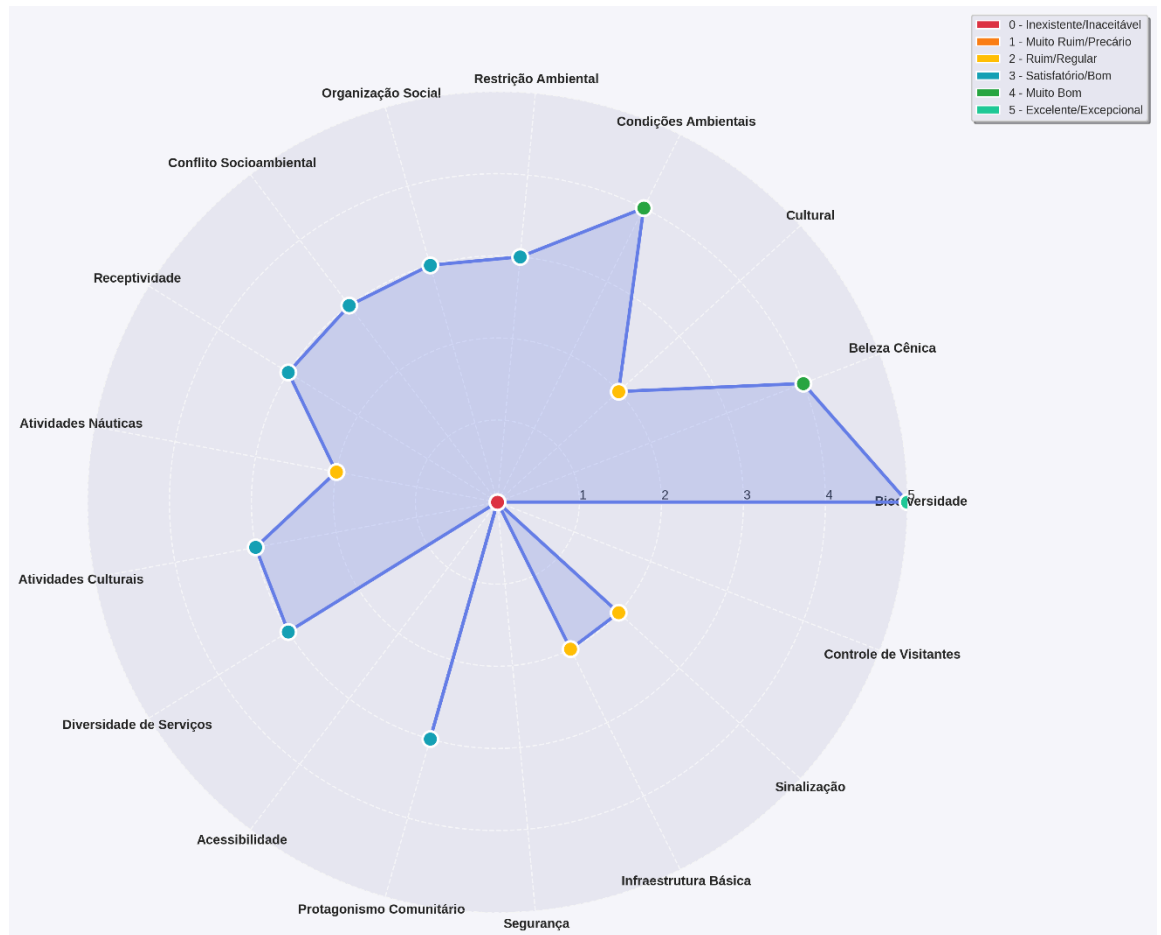
Fonte: Autores, 2026

O resultado do Índice de Atratividade Turística (IAT) para a comunidade de Mangue Seco é 2.90, que a classifica na categoria de Atratividade Extensiva. Adaptando ao contexto da comunidade de Mangue Seco, que não se configura como Unidade de Conservação estrita, essa classificação demonstra que a comunidade possui atributos naturais e locais favoráveis ao desenvolvimento do turismo.

No que diz respeito à dimensão do ambiente interno, os indicadores relacionados à organização civil, à receptividade e à gestão de conflitos apresentaram resultados satisfatórios, evidenciando alinhamento com os princípios do protagonismo comunitário que fundamentam o TBC (Araújo, 2024). O indicador relacionado ao manejo configura-se como o principal fator limitante para o desenvolvimento da atratividade turística local, em decorrência da ausência de infraestrutura básica, segurança, acessibilidade e controle de visitantes, evidenciando a vulnerabilidade socioambiental da comunidade e sua suscetibilidade a impactos negativos e interferências externas.

A elevada pontuação atribuída à biodiversidade, associada à boa avaliação da beleza cênica, das condições ambientais, das atividades culturais e de serviços, evidencia significativo valor ecológico, paisagístico e cultural que, conforme Lluart e Rodríguez (2022), são elementos importantes da aptidão para o turismo, atraindo visitantes de várias localidades, inclusive de outros países, interessados pelo lazer, gastronomia e no modo de vida tradicional de uma comunidade (Figura 11).

Figura 11: Resultado para a pontuação atribuída à estrutura do ambiente interno



Fonte: Autores, 2026

No âmbito externo, destacam-se positivamente o acesso público e a proximidade com atrativos regionais, ambos com pontuação elevada. Por se localizar em uma região com um fluxo turístico já existente, é possível integrar a comunidade de Mangue Seco ao roteiro turístico que envolve os atrativos e serviços turísticos da sede do município de Raposa e ao Pólo Turístico São Luís, incentivando a permanência do turista por mais tempo na região, evitando o roteiro “bate e volta” dos passeios náuticos pelas Fronhas Maranhenses. Esta integração estimula o empoderamento da comunidade e a repartição dos benefícios econômicos, além de promover a autoestima, a valorização sociocultural e a conservação ambiental da localidade, conforme preconizado por Irving (2009).

O trecho de acesso para a comunidade, por dentro do manguezal, configura-se como um ponto de fragilidade/vulnerabilidade socioambiental visto que se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP), o que impõe restrições normativas e exige um manejo ambiental adequado. O manguezal em questão é, simultaneamente, um atrativo de valor fenomenológico e um entrave por sua condição de APP, caracterizando-se como um desafio para a gestão do acesso. Segundo Mendonça (2015), esse desafio ocorre porque as normas ambientais muitas vezes ignoram o modo de vida das populações tradicionais. Para a autora, a preservação só é efetiva quando está alinhada à realidade de quem vive no território. Portanto, o manejo do manguezal não deve ser visto apenas como uma barreira, mas como uma oportunidade de integrar as necessidades da comunidade às exigências de proteção ambiental.

Na realidade local, o manguezal é o caminho principal dos moradores e a primeira imagem que o turista tem quando chega na comunidade do Mangue Seco. O turista vivencia uma imersão no manguezal que, nesse caso, possui uma vocação tanto para interpretação

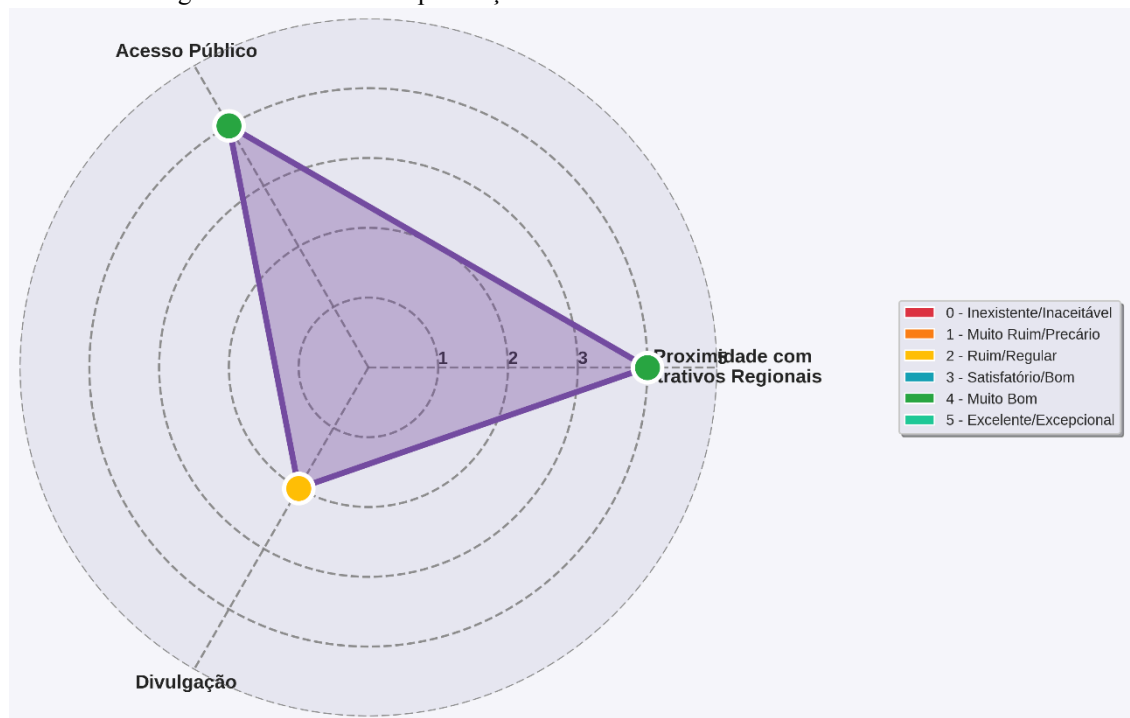
ambiental, como turística, possibilitando vivenciar o modo de vida da comunidade. A solução para esse desafio é criar infraestrutura adequada que possibilite alinhar as necessidades da comunidade com a preservação socioambiental e o desenvolvimento do turismo de base comunitária, beneficiando a todos.

Durante a maré alta, só é possível acessar a comunidade por meio de embarcações. Este transporte pode se configurar como um serviço turístico de base comunitária, permitindo a geração de renda direta para os detentores das embarcações, ao mesmo tempo em que promove a conservação do ecossistema e a experiência turística.

Próximo ao portal de entrada da comunidade, existem estruturas de bar e comércio de produtos locais que podem ser aproveitados para a organização de um ponto de apoio e um centro de informações turísticas. Neste sentido, Irving (2009) aponta que o TBC deve ser construído a partir dos recursos e serviços que a comunidade já domina e possui, adaptando a prática do TBC à vida da comunidade e não o contrário.

A dimensão social, com média 3, revelou desempenho satisfatório, com base minimamente estruturada para o desenvolvimento do TBC. Ainda assim, demanda investimentos contínuos para fortalecer a organização comunitária e ampliar a autonomia na gestão local. Em relação à organização social da comunidade, a associação preexistente, criada originalmente para defender a comunidade na questão fundiária, constitui um suporte estratégico fundamental para a implementação do TBC (Figura 12).

Figura 12: Resultado da pontuação atribuída à estrutura do ambiente externo



Fonte: Autores, 2026

De forma sintética, os resultados demonstram que a área possui elevado potencial ambiental e localização estratégica favorável, sustentados por uma base social razoavelmente organizada. Contudo, a precariedade dos mecanismos de manejo e da infraestrutura interna limita o aproveitamento dessas potencialidades. Assim, a consolidação da atividade turística depende prioritariamente da implementação de medidas de ordenamento, estruturação física, controle de fluxo de visitantes e fortalecimento das estratégias de divulgação. Somente a partir da integração entre conservação ambiental, gestão eficiente e planejamento participativo

será possível converter o potencial identificado em desenvolvimento turístico efetivo e sustentável.

Essa organização prévia detém um elevado capital social, alicerçado em laços de confiança e cooperação, que, segundo Irving (2009), é indispensável para a governança coletiva do território. Além de fornecer o suporte institucional para a captação de recursos e parcerias, a associação atua como um mecanismo de proteção interna. Nesse sentido, alinhado ao que defende Bartholo *et al.* (2009), a prática do TBC estimula a criação de pactos sociais de permanência, nos quais a transferência de posses é submetida a uma avaliação coletiva, impedindo a fragmentação do território pela especulação imobiliária ou pelo capital hegemônico. Cabe ressaltar que o TBC não é um segmento de mercado que ocorre por imposição externa, mas sim um modelo de gestão que emerge, necessariamente, do protagonismo e da demanda das comunidades locais, oportunizando que elas ocupem um lugar no mercado turístico fortalecendo, assim, os processos participativos, o exercício da cidadania e incentivando a responsabilidade individual e coletiva.

CONCLUSÃO

Os atributos da comunidade de Mangue Seco mostraram aptidão para o desenvolvimento do TBC figurando-se como um potencial destino de relevância regional pautado na sustentabilidade socioambiental. Entretanto, o estudo evidencia um contraste entre a qualidade da diversidade dos recursos naturais, culturais e sociais e a capacidade de manejo insuficiente. A pesquisa se limitou a visitas de campo e análises documentais para a obtenção de dados básicos, portanto, sem a inclusão da percepção da comunidade local.

Recomenda-se que novos estudos sejam realizados participativamente com comunidade local de modo a ampliar sua autonomia na condução das iniciativas turísticas locais e fortalecer sua capacidade de gestão e organização social para que o desenvolvimento de um turismo planejado, sustentável e em coerência com a realidade local. Estudos que analisem o potencial socioambiental comunitário como um mecanismo de resistência e conservação e o Turismo de Base Comunitária como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na comunidade de Mangue Seco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de. Turismo de base comunitária na Pan-Amazônia: tecnologias sociais do Brasil, Bolívia e Peru. Belém: NAEA, 2024. E-book. Disponível em: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/499-turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHULO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. ISBN 978-85-61012-01-4. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf> . Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

BEAUD, Sylvie; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENI, Mário C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2007.
 BIBLIOTECA DO CARANGUEJO OFICIAL. Instagram, 2026. Disponível em:
https://www.instagram.com/biblioteca_do_caranguejo_of/. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

BUTLER, Richard W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616689908721291>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

CARVALHO NETA, Raimunda Nonata Fortes; CASTRO, Antônio Carlos Leal de. Diversidade das assembleias de peixes estuarinos da Ilha dos Caranguejos, Maranhão. 2008. Disponível em:
<https://periodicos.ufc.br/arquivosdecienciadomar/article/view/6075?articlesBySimilarityPage=6>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

DA SILVA CARVALHO, Luis Eduardo; SILVA VIANA, Layla Lúcia; RABELO, Thiara Oliveira; FEITOSA, Antonio Cordeiro. Potencial geoturístico das Fronhas Maranhenses em Raposa, Maranhão, Brasil. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 1, p. 444–464, 2025. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/7909>. Acesso em: 5 fev. 2026.

DE SOUZA LIMA, Luiz Carlos; RIHAN, Bianca. Bibliotecas comunitárias e acesso à cidadania: reflexões preliminares. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, v. 12, n. 2, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/9164>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

EMBRATUR. 2024. Unesco concede título de Patrimônio Natural da Humanidade para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Disponível em:
<https://embratur.com.br/2024/07/26/unesco-concede-titulo-de-patrimonio-natural-da-humanidade-para-o-parque-nacional-dos-lencois-maranhenses/#:~:text=26/07/2024%20%E2%80%93%20A,em%20Nova%20D%C3%A9%20A9li%2C%20na%20%C3%8Dndia>. Acesso em 23 de fevereiro de 2026.

FRATUCCI, Aguinaldo César; MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em:
<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1783>. Acesso em: 13 fevereiro 2026.

GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (orgs.). Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004.
 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Raposa (MA). 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/raposa.html>. Acesso em: 13 fev. 2026.

HUNTER, J. D. Matplotlib: A 2D graphics environment. *Computing in Science & Engineering*, v. 9, n. 3, p. 90–95, 2007. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/4160265>. Acesso em: 13 março. 2026.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. (Orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

IRVING, M. A. Redes de turismo de base comunitária: utopia ou estratégia de resistência e emancipação? *Polis*, v. 8, n. 22, p. 1-18, 2009. Disponível em: SciELO. Acesso em: 13 fev. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2016.v9.6569>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

LAUDINO, Bruna Gabrieli Lago; LOURENÇO, Giuseppe Celebrone. Biblioteca comunitária: um universo dentro de uma tipologia. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16887>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

LLUPART, María Rosa Naranjo; RODRÍGUEZ, María de los Ángeles Martínez. La oferta turística: precisiones teóricas para su análisis. *Encuentros: Revista de Ciencias Humanas, Teoría Social y Pensamiento Crítico*, n. 16, p. 406-422, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6917147>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

LYRA, Ingrid Nicolly Oliveira. Estudo geocológico da paisagem costeira do município de Raposa – MA: bases para o planejamento ambiental. Dissertação (PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4359>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

MANGUE SECO PRAIA. Instagram, 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/manguesecopraia/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MARANHÃO. Balneabilidade das Praias da Região Metropolitana de São Luís. São Luís: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, 02 fev. 2026. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br/uploads/sema/docs/Laudo_de_Balneabilidade_02_02_2026.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

MARANHÃO. Atlas do Maranhão. São Luís: GEPLAN/UEMA, 2002.

MARANHÃO. Decreto nº 12.428, de 05 jun. 1992. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, 1992.

MENDONÇA, T. C. M. *Turismo de base comunitária: sustentabilidade e inclusão social em comunidades costeiras*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOCHEL, F. R. O Manguezal de todos os povos – a oceanografia social e a educação ambiental no empoderamento das comunidades tradicionais costeiras. In: SEABRA, Giovanni (Org.) Educação ambiental: natureza, biodiversidade e sociedade. Ituiutaba: Barlavento, 2017.

MOCHEL, Flávia Rebelo. Manguezais amazônicos: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: Amazônia maranhense: diversidade e conservação. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

OLIVEIRA, Leonardo Azevedo Klumb; FREITAS, Rodrigo Randow de; BARROSO, Gilberto Fonseca. Manguezais: turismo e sustentabilidade. Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/96>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RODRIGUES, Linda Maria. O segredo do Brasil: os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses. Tese (Doutorado) – UNESP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/0802a22f-76d8-419e-bf74-f1a1ce877bec>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge *et al.* Perfil socioeconômico de pescadores do município da Raposa, Estado do Maranhão. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/repesca.v6i1.337>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; SILVA, Fabisnaldo Pereira da. Narrativas de (des)envolvimento e o savoir-faire dos pesquisadores do Coletivo TBC – Maranhão. Infinitum: Revista Multidisciplinar, v. 8, n. 15, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/22657>. Acesso em: 13 fevereiro 2026.

SILVA, Janainne *et al.* Mapeamento participativo do território do Mangue Seco, como contribuição à oceanografia socioambiental, município da Raposa, Maranhão, Brasil. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 46, 2024. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10486> . Acesso em: 13 fevereiro 2026.

SILVA, Alex Nunes. O turismo e suas práticas socioespaciais: o caso de Raposa–Maranhão. Revista Equador, v. 9, n. 4, 2020, p. 214-236. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/revistaequador/article/view/7791> . Acesso em: 27 fev. 2026.

SOUZA, T. D. V. S. B. *et al.* Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice_de_atratividade_turistica_das_ucs_brasileiras.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.

TÁ LEGAL AVENTURA. Pescaria no Mangue Sêco. YouTube, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/@talegalaventura>. Acesso em: 05 fev. 2026.

TOMAZZONI, Edgar Luis; SANTOS JUNIOR, João José dos; CAVALCANTE, Jordana de Souza; SILVA, Amanda Cabral da (Orgs.). Gestão do turismo nas perspectivas da governança, da regionalização e do desenvolvimento. São Paulo: Edições EACH, 2023.

VASCONCELOS, T. R.; FUSHIMI, M.; PINHEIRO, S. Y. A.; SILVA, Q. D. Risco de inundação costeira no município de Raposa (MA). Formação (Online), v. 27, n. 51, p. 159-176, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33081/formacao.v27i51.6606>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

7 CAPÍTULO 2

DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOAMBIENTAL DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO: SUBSÍDIOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Este capítulo apresenta o diagnóstico socioambiental realizado na comunidade de Mangue Seco, com o objetivo de compreender as características sociais, ambientais e territoriais que podem influenciar o desenvolvimento do TBC e possibilitar uma leitura integrada das condições locais e da percepção dos entrevistados acerca da comunidade e das práticas de visitação.

O diagnóstico baseia-se nos dados obtidos por meio da aplicação de 32 entrevistas, realizadas presencialmente nos anos de 2024 a 2026, através de um formulário impresso com roteiro semiestruturado, contendo questões socioeconômicas, culturais, ambientais, infraestrutura básica e turística, serviços, entre outras. Para seleção dos participantes, utilizou-se uma amostragem não probabilística e não intencional, definida com base em critérios de conveniência e disponibilidade.

Para cada informante, foi realizada a apresentação da pesquisa e solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para uso dos dados no estudo. Em seguida, foi aplicado um formulário semiestruturado composto por 21 questões (abertas e fechadas), permitindo que os participantes indicassem mais de uma resposta. As perguntas foram organizadas em cinco aspectos principais: (1) informações demográficas, como idade, sexo, nível de escolaridade, ocupação e tempo de residência na comunidade; (2) percepção quantos aos elementos ambientais, produção e serviços locais; (3) percepção sobre a presença e perfil de visitantes, locais e épocas mais frequentadas; (4) identificação de benefícios e problemas da presença de visitantes; e (5) percepção sobre TBC.

Para garantir a confidencialidade dos participantes, cada um foi identificado por um código alfanumérico composto pela letra "E", representando "Entrevistado", seguido de um número sequencial crescente (E1, E2, E3, etc.). O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, vinculado à Universidade Federal do Maranhão, sob o número 97143526.6.0000.5087, parecer nº 8.420.709.

O estudo consistiu em organizar e sistematizar os dados obtidos a partir dos formulários aplicados na comunidade de Mangue Seco. Para isso, utilizou-se o software Microsoft Excel 365, que permitiu a tabulação e quantificação dos dados para análises quali-quantitativas. Além disso, o Excel também foi utilizado para registrar as descrições

qualitativas, provenientes das percepções dos participantes acerca das questões ambientais e da visitação na área de estudo. Após a sistematização dos dados, as respostas do formulário foram submetidas a um processo de codificação para permitir o tratamento estatístico, transformando categorias temáticas e percepções em variáveis numéricas ordinais. Para avaliar a associação entre o perfil dos respondentes (ocupação, escolaridade, tempo de moradia) e suas percepções sobre o turismo, aplicou-se o Coeficiente de Correlação de *Spearman* (Siegel; Castellan Junior, 2006).

Inicialmente, é apresentada a caracterização dos participantes da pesquisa, contemplando aspectos como gênero, faixa etária, naturalidade e nível de escolaridade. Em seguida, são apresentados os elementos socioambientais, bem como a percepção dos moradores sobre os recursos naturais, produtos, serviços, perfil de visitantes, lugares e épocas mais procuradas, benefícios e problemas do turismo na comunidade e sobre o TBC.

Os resultados obtidos contribuem para a compreensão das dinâmicas locais e para a identificação de potencialidades e desafios relacionados à implementação de iniciativas de TBC, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias de planejamento, gestão participativa e sustentabilidade socioambiental.

Resultados e discussão

O diagnóstico da amostra evidenciou um perfil demográfico e socioeconômico diversificado. O estudo apresentou 59,4% de informantes do gênero feminino e 40,6% do gênero masculino. A predominância feminina corrobora para o protagonismo das mulheres, fundamental para o desenvolvimento do TBC onde as mulheres atuam diretamente no incentivo e organização de empreendimentos turísticos comunitários e contribuem diretamente para a geração de renda e fortalecimento da economia local (Vieira *et al.*, 2022). Pimentel e Todesco (2024) reforçam que o TBC frequentemente envolve forte presença feminina, associada a processos de empoderamento social e mudança de posição da mulher na comunidade.

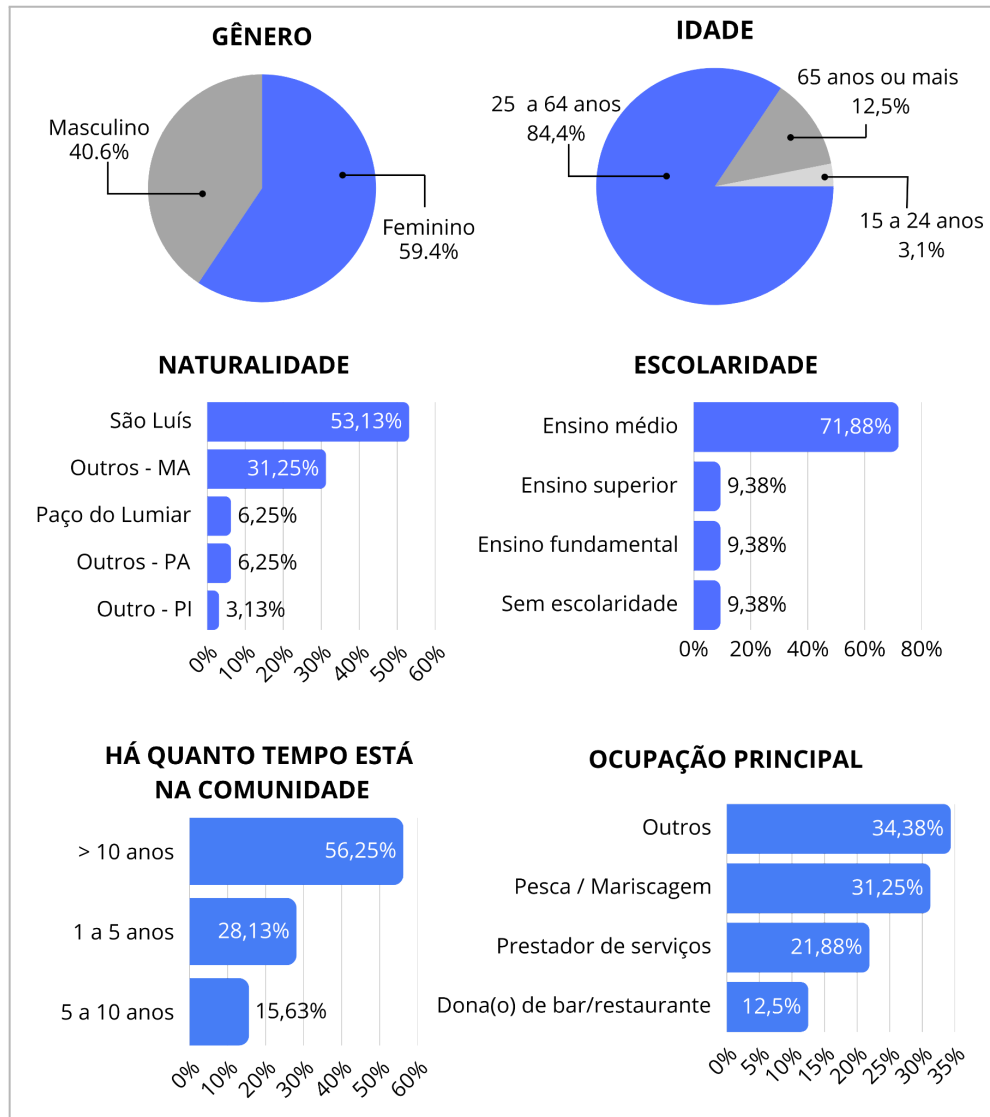
A faixa etária da maioria dos entrevistados enquadrou-se entre adultos e idosos, sendo 84,4% com idade entre 25 e 64 anos e 12,5% com idade acima de 65 anos. Os mais jovens, com idade de 15 a 24 anos, equivalem à minoria dos participantes (3,1%). Esse perfil etário potencializa a mobilização de conhecimentos empíricos sobre a dinâmica socioambiental da comunidade, alinhando-se à perspectiva da memória biocultural (Toledo e Barrera-Bassols, 2009).

Em relação à naturalidade, 53,1% nasceram em São Luís, 6,3% em Paço do Lumiar e 40,6% são naturais de outros municípios do Maranhão (31,3%), Pará (6,3%) e Piauí (3,1%) (Figura 1). Esse resultado revela a presença de fluxos migratórios regionais que contribuíram para a atual formação social da comunidade. Apesar de sua origem ser relacionada a imigrantes cearenses, conforme Oliveira e Pereira (2021) e Monteles *et al.* (2009), esta pesquisa não identificou a naturalidade cearense entre os entrevistados. Quanto ao tempo de moradia ou vínculo à comunidade, 56,3% estão a mais de 10 anos, 28,1% entre 1 e 5 anos e 15,6% estão entre 5 e 10 anos na comunidade. O expressivo tempo de moradia identificado indica a consolidação de laços de territorialidade e o desenvolvimento da identidade do lugar.

Quanto à escolaridade, 71,9% possuem ensino médio e 9,4% ensino superior, refletindo um nível de instrução que pode facilitar processos de formação técnica. Os entrevistados apresentam como ocupação principal a pesca e mariscagem (31,3%), donos de bar e restaurante (12,5%), prestador de serviços (21,9%) e outros (34,4%) incluindo servidor público, dona de casa e dono de hospedagem. As ocupações com maior expressividade evidenciam a coexistência de sistemas produtivos tradicionais e o setor de serviços com potencial turístico, característica presente no TBC pressupondo a diversificação da renda sem a descaracterização das raízes socioculturais e produtivas locais (Moraes *et al.*, 2020) (Figura 1). Sobre a participação em grupo ou organização social, 68,8% participa e 31,2% não participa de grupo ou organização social. Para o TBC esse dado é importante, pois a organização social é considerada um dos pilares fundamentais que o sustentam (Barreto, 2023; Moraes *et al.*, 2020).

Em relação à percepção ambiental foram feitas perguntas sobre o ambiente considerado mais importante pelos entrevistados onde manguezal apareceu em 84,38% das respostas, praia 78,13%, mar 43,75%, área urbana 21,88%, nascentes 18,75%, dunas 15,63%, rios 9,38% e outros totalizaram 15,63%. A centralidade do manguezal reflete a dependência direta das comunidades locais em relação aos recursos naturais, uma vez que esse ecossistema desempenha funções essenciais, como a manutenção da biodiversidade, o suporte à atividade pesqueira e a provisão de serviços ecossistêmicos fundamentais à subsistência (Ribeiro *et al.*, 2024).

Figura 1: Caracterização dos participantes do estudo quanto ao gênero, idade, naturalidade, escolaridade, tempo de residência na comunidade e ocupação principal, em porcentagem.



Fonte: dados de pesquisa, 2026.

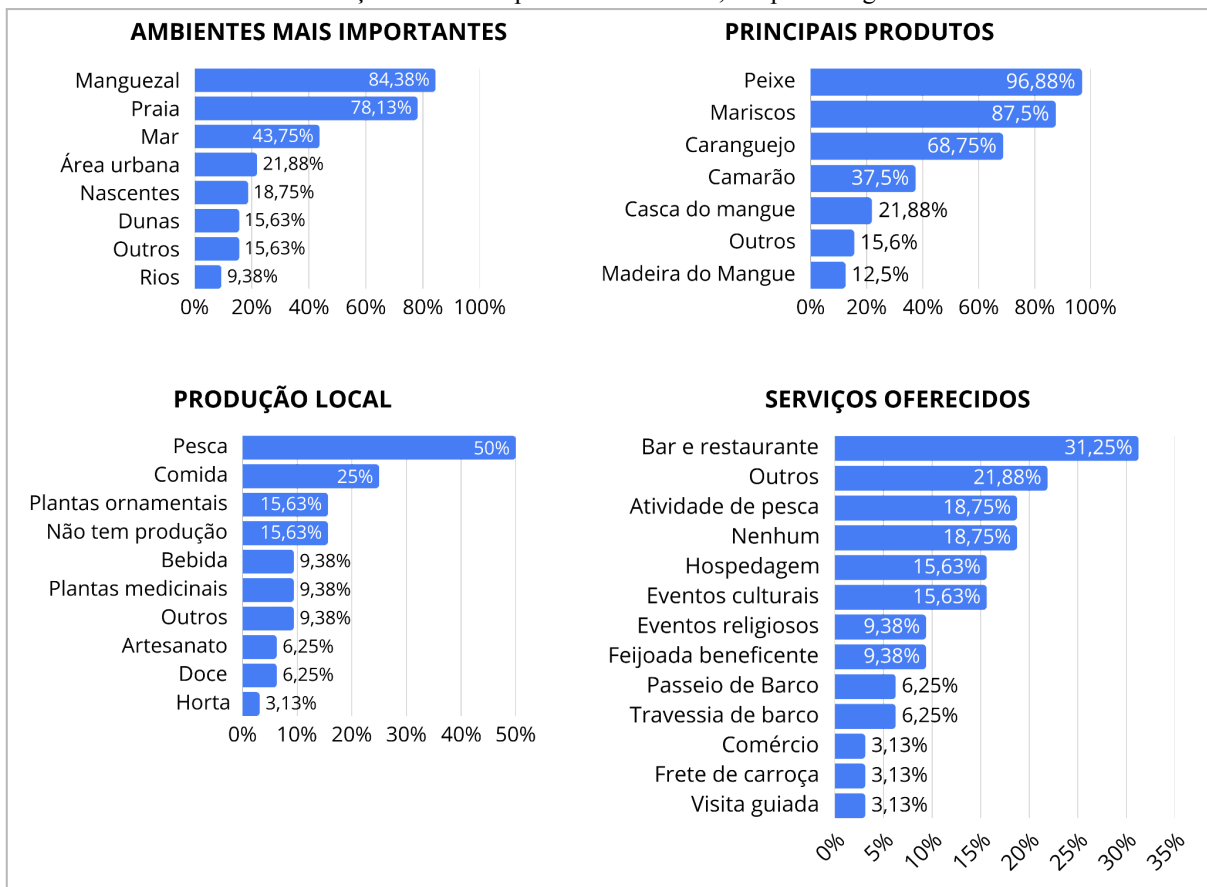
Sobre o principal produto da comunidade, 96,88% citaram peixe, 87,5% marisco, sarnambi (*Anomalocardia flexuosa*) e tarioba (*Iphigenia brasiliensis*), 68,75% citaram o caranguejo (*Ucides cordatus*), 37,5% citaram camarão. A correlação direta entre o ambiente considerado mais importante e os principais produtos citados evidencia a integração entre o saber local, a percepção ambiental e as práticas produtivas e culturais das populações tradicionais (Diegues, 2008).

Em relação a produção local, obteve-se as seguintes respostas: pesca 50%, comida 25%, plantas ornamentais 15,63%, não tem produção 15,63%, bebida 9,38%, plantas medicinais 9,38, outros como confecção de rede de pesca, frutas regionais (caju, murici) 9,38%, artesanato (crochê, conchas) 6,25%, doce 6,25% e horta 3,13%. Sobre os serviços oferecidos, bar e restaurante apareceu em 31,25% das respostas, outros 21,88%, atividade de

pesca 18,75%, nenhum 18,75%, hospedagem 15,63%, eventos culturais 15,63%, eventos religiosos 9,38%, feijoada beneficente 9,38%, passeio de barco 6,25%, travessia de barco 6,25%, comércio, frete de carroça e visita guiada em 3,13% cada. Essas perguntas permitiram indicar mais de uma resposta (Figura 2).

No que tange aos serviços, a predominância de bares e restaurantes e atividades de pesca indica uma oferta de serviços atrelada à culinária regional e à pesca tradicional sendo um aspecto favorável para a manutenção da autenticidade do destino. Por outro lado, o baixo percentual dos demais serviços sugere um potencial ainda subutilizado, apontando para a necessidade de valorização não apenas do consumo, mas da interpretação ambiental do território.

Figura 2: Gráficos representativos quanto a percepção ambiental, principais produtos, produção local e serviços oferecidos pelos entrevistados, em porcentagem.



Fonte: dados de pesquisa, 2026.

Questionou-se sobre a presença de turistas¹ na comunidade, onde 93,8%

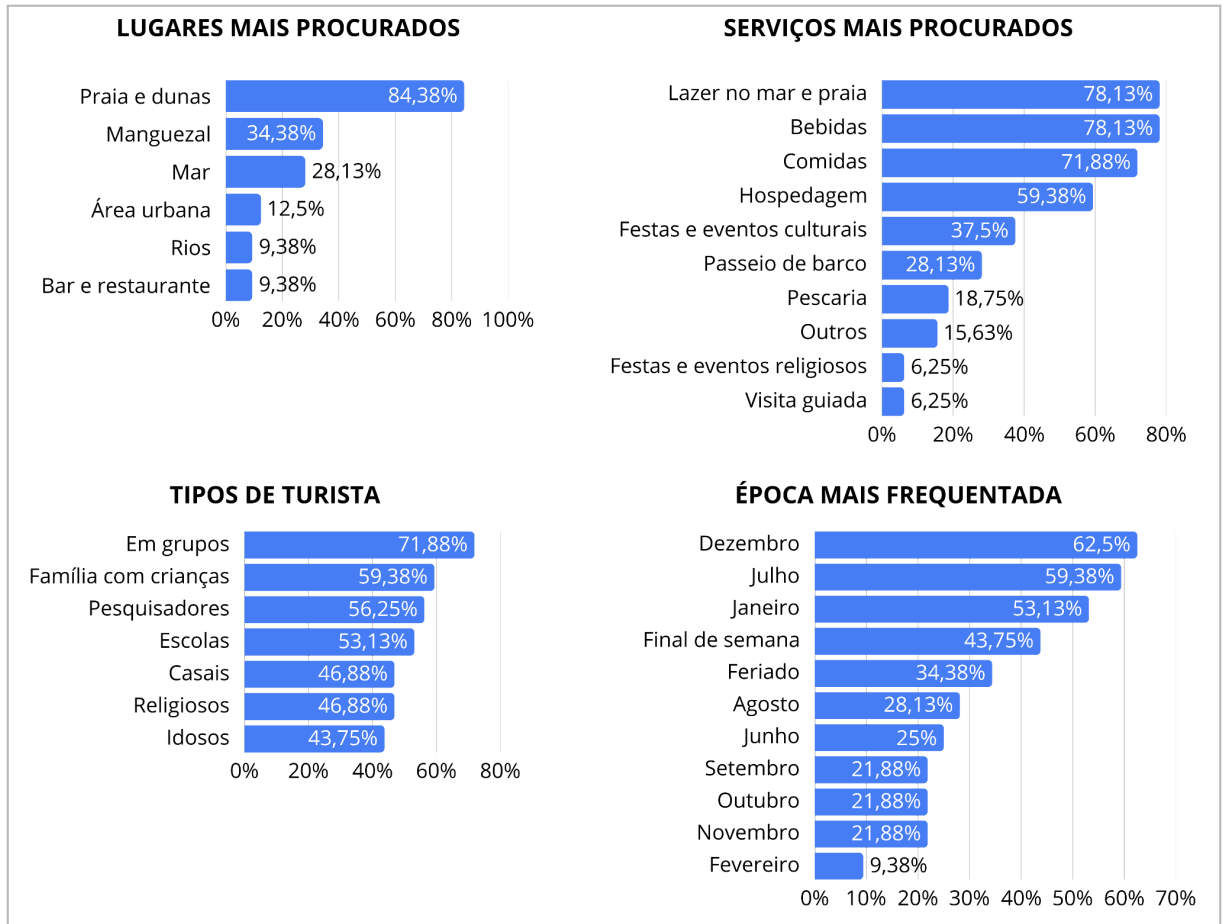
¹ Utilizou-se o termo “turista” de forma genérica durante a aplicação dos formulários para facilitar a compreensão dos entrevistados, embora a literatura diferencie os conceitos de “turista” e “excursionista”, sem prejuízo à interpretação dos fluxos de visitação identificados no diagnóstico (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 1999).

responderam que tem turistas na comunidade e 6,2% responderam que não tem turista na comunidade. Sobre os lugares mais procurados pelos turistas, 84,4% dos entrevistados informaram que a praia e as dunas são os mais procurados, seguido de manguezal (34,4%), mar (28,1%), área urbana (12,5%), rios (9,4%) e bares e restaurantes foram citados por 9,4%. Os serviços mais procurados pelos turistas são lazer no mar e praia (78,1%), bebida no bar e restaurante (78,1%), comida no bar e restaurante (71,9%), pousada ou hospedagem (59,4%), festas e eventos culturais (37,5%). Os tipos de turistas identificados pelos entrevistados são: em grupos 71,88%, famílias com crianças 59,38%, pesquisadores 56,25%, escolas 53,13%, casais 46,88%, religiosos 46,88%, idosos 43,75%. Sobre a época mais frequentada os meses de dezembro 62,5%, julho 59,38%, janeiro 53,13% aparecerem na maioria das respostas, seguido de final de semana 43,75% e feriado 34,38%. Essas perguntas permitiram indicar mais de uma resposta (Figura 3).

A percepção da maioria sobre a presença de turistas confirma a inserção da comunidade na oferta de lazer regional. A concentração da demanda na praia e dunas e nos meses de janeiro, julho, dezembro, finais de semana e feriados evidencia o desafio da sazonalidade turística, fenômeno que gera picos de pressão sobre os recursos naturais e a infraestrutura em curtos períodos do ano (Ruschmann, 1999). Por outro lado, a expressiva identificação da presença de pesquisadores e escolas sugere que a comunidade possui potencial para desenvolver atividades além do lazer na praia, inserindo-se no que Irving (2009) define como um espaço de intercâmbio de saberes.

A diversidade de públicos identificada pelos entrevistados é uma característica positiva, pois permite a segmentação da oferta e reduz a dependência de um único perfil de visitante. A alta demanda por serviços de alimentos, bebidas e hospedagem indica a importância da gestão adequada de resíduos e do saneamento básico, sendo indispensáveis para a sustentabilidade ambiental.

Figura 3: Gráficos representativos quanto aos lugares mais procurados pelos visitantes, serviços mais procurados pelos visitantes, tipos de visitantes e época mais frequentada, em porcentagem.



Fonte: dados de pesquisa, 2026.

Quanto à percepção sobre os benefícios da presença do turista na comunidade, a maioria (87,5%) citou a geração de renda e sobre os problemas, a produção e descarte de lixo no ambiente configurou em 71,88% nas respostas seguindo de poluição (28,13%). Esse resultado reflete a mobilização e sensibilização comunitária em relação ao acondicionamento dos resíduos sólidos. Por toda a comunidade é possível perceber placas informativas confeccionadas de forma artesanal e recipientes para armazenar os resíduos sólidos (Figura 4). Atualmente a coleta dos resíduos produzidos na comunidade é realizada pela Prefeitura de Raposa 3 vezes na semana.

Figura 4: Acondicionamento de resíduos sólidos na comunidade de Mangue Seco. a) resíduos acondicionados próximo ao portal de entrada da comunidade. b) placas confeccionadas artesanalmente. c) cesto para acondicionamento de resíduos sólidos com placa informativa/educativa. d) estrutura suspensa feita em madeira para acondicionamentos dos resíduos sólidos.



Fonte: dados de pesquisa, 2026.

Ainda, 21,88% dos entrevistados não percebem problemas na presença do turista. Esses resultados evidenciam uma dualidade característica de destinos de TBC em desenvolvimento. Enquanto a geração de renda é o principal benefício percebido, a produção e o descarte inadequado de resíduos sólidos emergem como o principal conflito socioambiental. Cabe destacar que a geração de renda não deve ser a métrica principal para fomentar o TBC em uma comunidade, pois deve ser configurado com um projeto de desenvolvimento local centrado no protagonismo comunitário e na conservação da biodiversidade, sendo a geração de renda uma consequência da gestão sustentável do TBC (Coriolano, 2009).

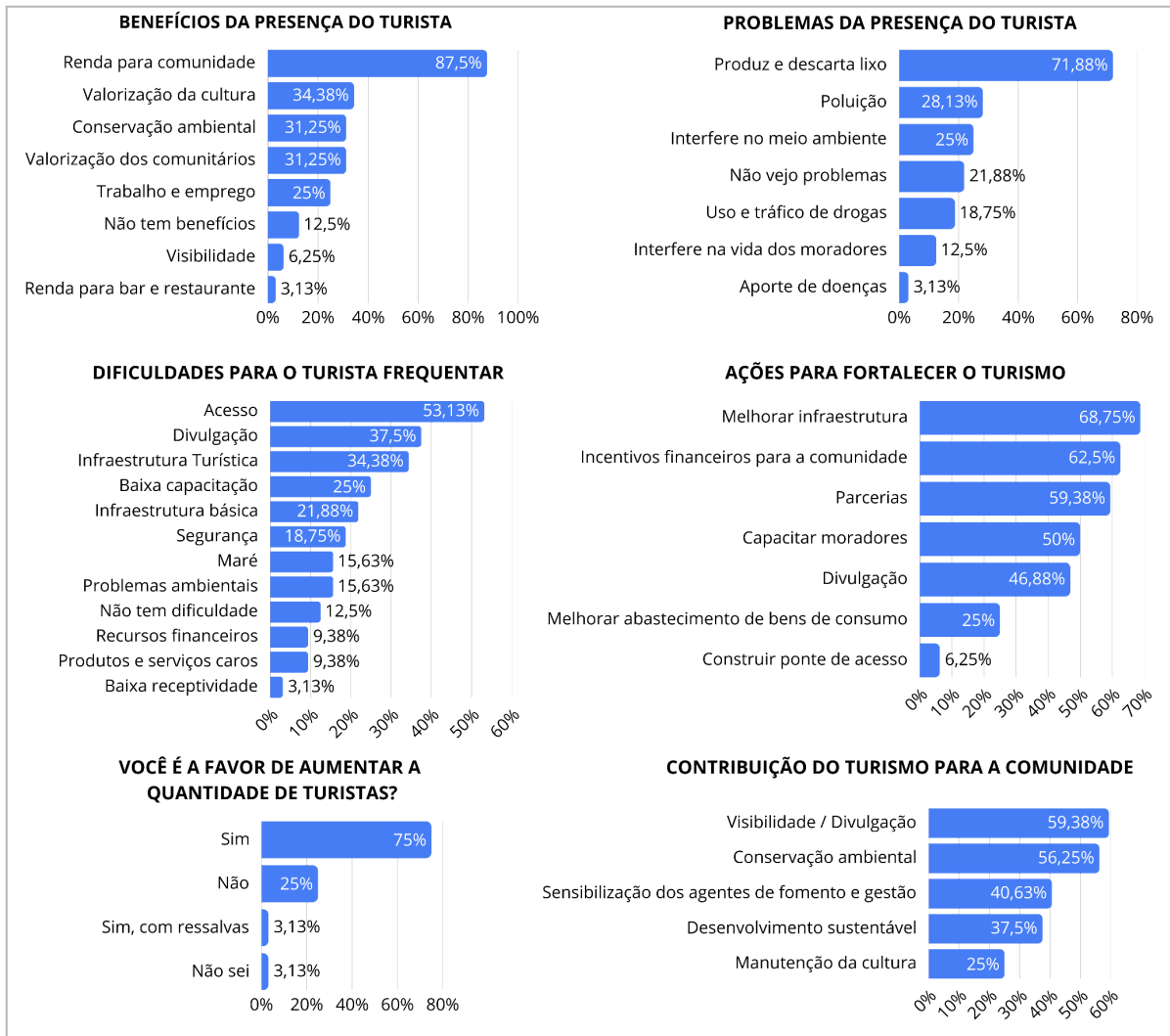
A principal dificuldade para o turista frequentar a comunidade de Mangue Seco, de acordo com os entrevistados, está relacionada ao acesso 53,13%, seguido de falta de divulgação 37,5% e infraestrutura turística 34,38%. Sobre as ações que podem ser realizadas para fortalecer o turismo foram citadas a melhoria da infraestrutura com 68,75%, incentivos financeiros para a comunidade 62,5%, parcerias 59,38% seguido de capacitação dos

moradores aparecendo em 50% das respostas. Ainda, foi questionado se o entrevistado é a favor de aumentar a quantidade de turistas na comunidade obtendo resposta positiva por 75% dos entrevistados. Os entrevistados acreditam que o turismo pode contribuir para a visibilidade e divulgação da comunidade 59,38% e para a conservação ambiental 56,25%. Essas perguntas permitiram indicar mais de uma resposta (Figura 5).

A expectativa de que o turismo possa contribuir para a conservação ambiental e para a visibilidade da comunidade demonstra que os moradores veem na atividade um potencial de valorização territorial. As barreiras de acesso e a carência de infraestrutura indicam que a comunidade depende de políticas públicas transversais e parcerias institucionais para planejar o turismo local. A capacitação dos moradores, mencionada por 50% dos entrevistados, é o elo que permite transformar o interesse da comunidade em protagonismo real, garantindo que o aumento do fluxo turístico desejado por 75% dos informantes ocorra de maneira planejada, evitando a perda de autonomia comunitária e a geração de impactos negativos sobre os ecossistemas locais.

Apesar de já existir a prática espontânea do turismo na comunidade, quando questionados se tinham conhecimento sobre Turismo de Base Comunitária, apenas 21,9% dos entrevistados já tinham ouvido falar sobre TBC. Segundo as respostas dos entrevistados, o TBC “É a valorização do que tem no ambiente e que a gestão dentro da própria comunidade” (Entrevistado 1). Para o Entrevistado 2, no TBC “A comunidade própria limpa a praia e gere todo resto”, já o Entrevistado 3 reforça que o TBC “É o turismo que explora as riquezas da comunidade sem modificá-la em sua essência e tradições, é o turismo que leva a valorização do meio ambiente e fomento a trabalho local de forma respeitosa”.

Figura 5: Gráficos representativos quanto a percepção dos benefícios da presença do turista, aos problemas da presença do turista, às dificuldades para o turista frequentar a comunidade, às ações para fortalecer o turismo na comunidade, opinião sobre aumentar a quantidade de turistas e às contribuições do turismo para a comunidade, em porcentagem.



Fonte: dados de pesquisa, 2026.

Para aprofundar a investigação sobre as possíveis interdependências entre os fenômenos observados, procedeu-se à análise de correlação de *Spearman*, cujos resultados revelam o grau de associação entre os indicadores socioambientais da comunidade (Figura 6). A seguir, apresentam-se os resultados dessa análise, detalhando as correlações mais expressivas encontradas neste estudo.

As variáveis selecionadas para análise foram: ocupação principal Pescador(a) e/ou Marisqueira(o); ocupação principal Dona(o) de bar ou restaurante; ocupação principal “Outros”; escolaridade; tempo de moradia/vínculo com a comunidade; opinião sobre o aumento na quantidade de turistas; percepção sobre os problemas na presença de turistas; percepção sobre os benefícios da presença de turistas; conhecimento sobre TBC.

Procedeu-se a codificação das variáveis e as respostas qualitativas foram transformadas em categorias numéricas ordinais para permitir o tratamento estatístico

conforme descrição a seguir.

AT = a favor do aumento na quantidade de turistas (0 = não; 1 = sim);

CPT = identifica problemas na presença dos turistas (0 = não; 1 = sim);

BT = identifica benefícios na presença dos turistas (0 = não; 1 = sim);

TM = tempo de moradia (0 = 1 a 5 anos; 1 = 5 a 10 anos; 2 = mais de 10 anos);

P = ocupação principal pescador(a) e/ou marisqueira(o) (0 = não; 1 = sim)

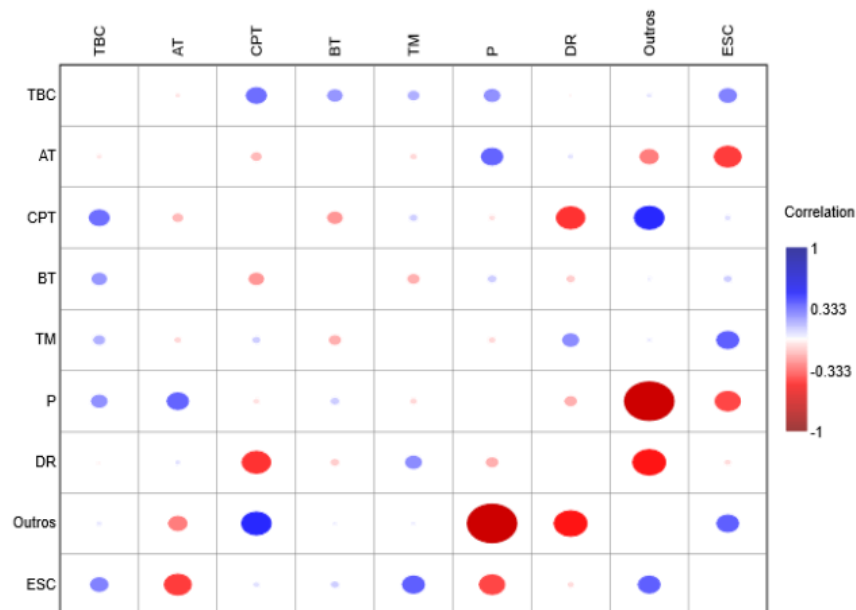
DR = ocupação principal dona(o) de bar ou restaurante (0 = não; 1 = sim)

OUTROS = ocupação principal outros (0 = não; 1 = sim)

ESC = escolaridade (0 = em escolaridade; 1 = ensino fundamental; 2 = ensino médio; 3 = ensino superior);

TBC = possui conhecimento sobre TBC (0 = não; 1 = sim).

Figura 6: Matriz de correlação entre as variáveis selecionadas.



Fonte: elaborado pelos autores, 2026.

Com base na matriz de correlação gerada, os principais achados com significância são:

Existe uma correlação negativa (-0,39687) entre donas(os) de bares ou restaurantes e percepção sobre problemas na presença de turistas. Isso indica que quanto mais o respondente se identifica como dona(o) de bar ou restaurante, menor é a percepção de

conflitos gerados pela presença do turista na comunidade. A ocupação “Outros” (inclui servidor público, dona de casa e dono de hospedagem) percebe mais intensamente os problemas gerados pela presença de turistas apresentando uma correlação positiva (0,41184).

Observa-se uma correlação negativa (-0,37515) entre a escolaridade e opinião sobre o aumento na quantidade de turistas, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, menor é a concordância com o aumento da quantidade de turistas na comunidade.

Há uma correlação negativa (-0,35321), confirmando uma tendência de que pescadores(as) e marisqueiras(os) locais possuem menor nível de escolaridade formal.

A aplicação da correlação de Spearman sobre os dados da pesquisa permitiu identificar que a percepção sobre a prática do turismo não é homogênea entre os atores sociais locais. Os resultados evidenciam que a ocupação é o principal fator que influencia a percepção e atitudes dos comunitários em relação ao turismo. Enquanto donas(os) de bares ou restaurantes apresentam uma baixa percepção de conflitos, os grupos categorizados como outros e os pescadores tendem a ser mais críticos aos impactos negativos. Essa característica corrobora com a literatura sobre turismo indicando que indivíduos com benefícios econômicos diretos tendem a subestimar os impactos socioambientais negativos do turismo. O envolvimento com a cadeia produtiva influencia a percepção do indivíduo, ou seja, quem depende economicamente do turismo tende a ser mais tolerante aos seus impactos negativos e são mais propensos a incentivá-lo, enquanto quem não se beneficia financeiramente percebe mais os transtornos e problemas (Oliveira; Santos; Panosso Netto, 2022).

A correlação negativa entre escolaridade e concordância com a expansão do turismo na comunidade indica que o maior acesso à informação e o desenvolvimento do pensamento crítico levam os comunitários a reconhecer com mais clareza os riscos do desenvolvimento do turismo sem planejamento, afastando-se de uma visão estritamente otimista. Nesse sentido, Moraes *et al.* (2020) explicam que a educação e a capacitação contribuem para questionar a ideia do turismo como solução universal, enquanto menores níveis de instrução tendem a aumentar a adesão a discursos que o apresentam como atividade essencialmente benéfica, desconsiderando seus possíveis impactos socioambientais negativos. Assim, o maior acesso à informação qualificada contribui para problematizar e desmistificar a compreensão do turismo apenas como gerador de renda (Tomazzoni *et al.*, 2023).

Nesse contexto é importante destacar que a comunidade possui a Biblioteca do Caranguejo, um espaço de incentivo à leitura, vivências, capacitações e educação ambiental

que se caracteriza como um espaço comunitário de referência local gerenciado pelos comunitários de forma voluntária (Figura 7). Atualmente a Biblioteca do Caranguejo está em processo de reforma e revitalização com recursos de projeto executado pelo Laboratório de Manguezais (LAMA) e Centro de Recuperação de Manguezais (CERMANGUE), ambos pertencentes ao Departamento de Oceanografia e Limnologia (DEOLI) da Universidade Federal do Maranhão, coordenados pela Professora Flávia Rebelo Mochel. Além da reforma do espaço físico da biblioteca, o projeto realiza diversas ações locais que destacam a relevância dos serviços ecossistêmicos do ecossistema manguezal (Ribeiro *et al.*, 2024).

Figura 7: Biblioteca do Caranguejo durante a reforma da estrutura física.



Fonte: dados da pesquisa, 2026.

Conclusão

Os resultados do diagnóstico socioambiental da comunidade de Mangue Seco evidenciam forte relação da população local com os recursos naturais, especialmente com o manguezal, que sustenta as atividades tradicionais como a pesca e a mariscagem. A presença de visitantes na comunidade demonstra que a atividade turística ocorre de forma espontânea, motivada principalmente pelos atrativos naturais, culinária e o lazer no ambiente da praia. Essa dinâmica tem contribuído para a geração de renda local, embora também esteja associada a desafios advindos dos impactos socioambientais negativos, como geração de

resíduos e poluição.

Apesar de a maioria dos comunitários não possuir conhecimento formal sobre o conceito de TBC, as percepções registradas indicam uma compreensão alinhada aos princípios de valorização do ambiente, gestão comunitária e respeito às tradições locais. O diagnóstico realizado contribui, portanto, para a compreensão das potencialidades e desafios da comunidade, oferecendo subsídios para a construção de um modelo de turismo que promova desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e valorização cultural, respeitando as especificidades e os interesses da comunidade.

No que tange às recomendações práticas, recomenda-se que a comunidade crie uma instância de governança comunitária com fim de elaborar um plano de TBC para direcionar o planejamento e a tomada de decisões sobre o desenvolvimento do turismo local. As ações devem priorizar a gestão colaborativa e o interesse coletivo, a formação para o fortalecimento da organização social, a educação ambiental não formal, a criação de roteiros para visitação com foco na diversificação de experiências, saberes tradicionais, interpretação ambiental e turismo científico, formação de guias de turismo comunitário, o estudo da capacidade de carga e estabelecimento de normas para a visitação, a criação de um fundo comunitário de turismo gerando benefícios coletivos.

Diante do exposto, a comunidade de Mangue Seco apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento de iniciativas de TBC, desde que sejam implementadas estratégias de planejamento participativo, capacitação da população local e fortalecimento da organização comunitária. Portanto, embora os resultados dessa dissertação forneçam evidências quanto a possibilidade de desenvolvimento do TBC na comunidade, torna-se necessária a realização de novas pesquisas que acompanhem o fenômeno ao longo dos anos para observar mudanças e tendências regionais quanto ao fomento do turismo, aos impactos ocasionados pelas obras de prolongamento da Avenida Litorânea, iniciativas empreendedoras, políticas públicas e de gestão estadual e municipal, capacidade de carga para visitação na comunidade, capacidade de suporte do ecossistema manguezal local, geração e repartição de renda e conservação ambiental.

8 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de. Turismo de base comunitária na Pan-Amazônia: tecnologias sociais do Brasil, Bolívia e Peru. Belém: NAEA, 2024. E-book. Disponível em <https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/499-turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em 19/05/2025.
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 7. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.
- BARBETA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 7. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.
- BARRETO, Leilianne Michelle Trindade da Silva; LANZARINI, Ricardo (coord.). Turismo responsável no Brasil. 1. ed. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023. Recurso eletrônico (PDF).
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUD, S. & WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo. 2ª. Edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 235 p., 2014.
- BENI, Mário C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2007.
- BRASIL. Decreto Federal s/nº de 16 de novembro de 2000. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, no Município de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, e nos Municípios de Araióses e Água Doce, Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU), 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências. Brasília: ICMBIO, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf. Acesso em 19/05/2025.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2024–2027. Brasília: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf>. Acesso em: 26/05/2025.
- BUTLER, Richard W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism geographies*, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.V
- CARDOSO, Paulo Roberto Macedo. Turismo de base comunitária na Resex Marinha do Delta do Parnaíba: percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias. 2023.
- CARVALHO NETA, Raimunda Nonata Fortes; CASTRO, Antônio Carlos Leal de. Diversidade das assembleias de peixes estuarinos da Ilha dos Caranguejos, Maranhão. 2008.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R; D. G.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.(Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.
- DA SILVA CARVALHO, Luis Eduardo; SILVA VIANA, Layla Lídia; RABELO, Thiara Oliveira; FEITOSA, Antonio Cordeiro. Potencial Geoturístico das Fronhas Maranhenses em Raposa, Maranhão, Brasil. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 444–464, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/7909>. Acesso em: 05/02/2026.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- EMBRATUR. 2023. The New York Times aponta dois destinos brasileiros entre os melhores do mundo para se visitar. Disponível em:

<https://embratur.com.br/2023/01/18/the-new-york-times-aponta-dois-destinos-brasileiros-entre-os-melhores-do-mundo-para-se-visitar/>. Acesso em 19/05/2025.

EMBRATUR. 2024. Unesco concede título de Patrimônio Natural da Humanidade para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Disponível em: <https://embratur.com.br/2024/07/26/unesco-concede-titulo-de-patrimonio-natural-da-humanidade-para-o-parque-nacional-dos-lencois-maranhenses/#:~:text=26/07/2024%20%E2%80%93%20A,em%20Nova%20D%C3%A9lia%20na%20C3%8Dndia>. Acesso em 19/05/2025.

FERREIRA, Daciléia Lima; SANTANA, Gilmar; BRUSSIO, Josenildo Campos. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA VILA DAS ALMAS, EM BREJO/MA: POSSIBILIDADES E AVANÇOS: COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF VILA DAS ALMAS, IN BREJO/MA: POSSIBILITIES AND ADVANCES. Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/GEPLAT/UERN, v. 14, n. 1, 2025.

FRATUCCI, Aguinaldo César; MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. Caderno Virtual de Turismo, [S. l.], v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1783>. Acesso em: 25/05/2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRUBITS, S. & NORIEGA, J.A.V. (organizadores). Método Qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. Editora Vetor, São Paulo, 243 p., 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html>. Acesso em: 13/06/2025.

IBGE 2024: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/raposa.html>

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. Participação, inclusão social e os Objetivos de desenvolvimento sustentável: por uma nova ética em projetos turísticos. In: Turismo: ressignificando sustentabilidade. Folio Digital, 2018. p. 57-91.

KIYOTANI, Ilana Barreto; COSTA, Wagner Fernandes; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Turismo de Base Comunitária no contexto do paradigma neoliberal: iniciativas contra-hegemônicas e a luta pela terra no Nordeste brasileiro. Via, [S. l.], n. 26, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/viatourism/11892>. Acesso em: 23 abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.4000/130ra>.

KIYOTANI, Ilana Barreto; MAGALHÃES, Marianna; FERREIRA, Michele. Turismo para além das massas: o turismo de base comunitária e sua repercussão no espaço litorâneo nordestino—do Maranhão a Alagoas. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2022.

LLUPART, María Rosa Naranjo; RODRÍGUEZ, María de los Ángeles Martínez. La oferta turística: precisiones teóricas para su análisis. Encuentros: Revista de Ciencias Humanas, Teoría Social y Pensamiento Crítico, n. 16, p. 406-422, 2022.

LYRA, Ingrid Nicolly Oliveira. Estudo geocológico da paisagem costeira do município de Raposa – MA: bases para o planejamento ambiental. 2022. 160 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

MAPBIOMAS. Coleção 8 – Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, 1985–2022. São Paulo: MapBiomas, 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 13/06/2025.

MARANHÃO. Atlas do Maranhão. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Laboratório de Geoprocessamento - UEMA. São Luís: GEPLAN. 2002.

MARANHÃO. Decreto nº 12.428 de 05 de junho de 1992. Cria no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açú/ Miritiba/ Alto Preguiças com os limites que especifica e dá outras providências. Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOE), 1992.

MARANHÃO. Lei nº 12.206, de 20 de fevereiro de 2024. Estabelece diretrizes para a instituição da Política Estadual de Turismo Rural de Base Comunitária na Agricultura Familiar no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, MA, 2024.

MARANHÃO. Lei nº 12.318, de 20 de junho de 2024. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, MA, 2024.

MATTOS, Flávia Ferreira de. Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI) tendências, expectativas e possibilidades. In: GRUBER, Sansolo Davis; IVAN, Bursztyn. Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. 2009. p. 302-318.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. 3ª edição, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOCHEL, F. R. O Manguezal de Todos os Povos – A Oceanografia Social e a Educação Ambiental no Empoderamento das Comunidades Tradicionais Costeiras. In SEABRA, Giovanni (Org.) Educação Ambiental: Natureza, Biodiversidade e Sociedade. Ituiutaba: Editora Barlavento, v.1. 703p, 2017

MONTELES, J. S.; CASTRO, T. C.; VIANA, D. C. P.; CONCEIÇÃO, F. S.; FRANÇA, V. L.; FUNO, I. C. S. A. Percepção sócio-ambiental das marisqueiras no Município de Raposa, Maranhão, Brasil. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, v. 4, n. 2, p. 34-45, 2009. <https://doi.org/10.18817/repesca.v4i2.141>

MORAES, Edilaine Albertino de; IRVING, Marta de Azevedo; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; OLIVEIRA, Elizabeth. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 122, p. 145–168, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/10761>. Acesso em 17/03/2026.

MORAES, Gláucia Maria da Conceição; CARVALHO, Karoliny Diniz. Artesanato e Turismo de Base Comunitária: interrelações e desafios na comunidade Ilha Grande dos Paulinos (Tutóia, Maranhão). Caderno Virtual de Turismo, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 17–27, 2022.

OLIVEIRA, J. L. S.; SANTOS, L. O. S.; PANOSSO NETTO, A. (org.). Teoria do turismo: interfaces, educação e práticas. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. (Coleção desenvolvimento do turismo, 2). DOI 10.11606/9786588503270.

OLIVEIRA, M.M.de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7ª edição, .Ed. Vozes, Petrópolis, 244 p., 2016

OLIVEIRA, Rafaela da Silva; PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva. Viver no Mangue: uma análise urbanística no Mangue Seco na Raposa – MA. In: ACSA 2021 INTERNATIONAL CONFERENCE, 2021. Anais [...]. [S.l.]: ACSA, 2021. Disponível em: <https://www.acsa-arch.org/proceedings/International%20Proceedings/ACSA.Intl.2021/ACSA.Intl.2021.280.pdf> Acesso em 13/03/2026.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2024. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em 30/07/2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEREIRA, Dirlene da Cunha; COSTA, Keliene do Nascimento; SILVA, Vivian dos Santos Ferreira da. IMERSÃO CULTURAL PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS, BREJO-MA. 2023.

PEREIRA, Tereza Cristina Lobato *et al.* Saberes locais e fomento comunitário: uma estratégia de articulação entre arranjos produtivos e turismo de experiência na comunidade de Damásio em Guimarães-MA. 2023.

PIMENTEL, Maria José dos Santos; TODESCO, Carolina. Turismo de base comunitária e empoderamento feminino na comunidade indígena Catu dos Eleotérios. Revista GeoNordeste, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33360/RGN.2318-2695.2024.i2.p.201-220>

PINHEIRO, Cíntia Raquel Soares *et al.* O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA. 2017.

PINHO, Thays. Experiências de base comunitária na região dos Lençóis Maranhenses (Brasil): potencialidades e limitações. ROTUR. Revista de Ocio y Turismo, v. 15, n. 2, p. 146-167, 2021.

RIBEIRO, S. P. *et al.* Geodiversidade e serviços ecossistêmicos de manguezais no Complexo Portuário de São Luís, Maranhão, Brasil. William Morris Davis - Revista de Geomorfologia, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 1–14, 2024. DOI: 10.48025/ISSN2675-6900.v5n3.2024.650.

ROCHA, Perla do Nascimento *et al.* Turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento local no Projeto de Assentamento Árvores Verdes, Brejo-MA. 2025.

RODRIGUES, Linda Maria. O segredo do Brasil: os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses. 2011. 188 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/0802a22f-76d8-419e-bf74-fla1ce877bec> Acesso em: 27/05/2025.

RUSCHMANN, Dóris. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

SANTOS, I. J. P.; ROCHA, M. S. Rota das Areias e rota Guaxenduba: análise sobre os projetos de turismo de base comunitária no território Lençóis Maranhenses/Munim, no Maranhão. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 8, n. 19, p. 131-151, 2022.

SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge *et al.* PERFIL SÓCIOECONÔMICO DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DA RAPOSA, ESTADO DO MARANHÃO. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, v. 6, n. 1, p. I-IVX, 2011.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN JUNIOR, N. John. Estatística não paramétrica para ciências do comportamento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, Alex Nunes. O TURISMO E SUAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: o caso de Raposa-Maranhão. REVISTA EQUADOR, v. 9, n. 4, p. 214-236, 2020.

SILVA, Ian Kauê Marques da. BIOECONOMIA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDOS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO SARNAMBI NA COMUNIDADE DE TRAVOSA-SANTO AMARO DO MARANHÃO/PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES. 2023.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; SILVA, Fabisnaldo Pereira da. Narrativas de (des)envolvimento e o Savoir-faire dos pesquisadores do Coletivo TBC – Maranhão. Infinitum: Revista Multidisciplinar, v. 8, n. 15, p. 4–40, 26 Mar 2025 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/22657> . Acesso em: 12/05/2025.

SILVA, Vitória Vilar da. Uma proposta de turismo de base comunitária no povoado São Raimundo, em São Bernardo-MA: possibilidades e desafios. 2024.

TOMAZZONI, Edgar Luis; SANTOS JUNIOR, João José dos; CAVALCANTE, Jordana de Souza; SILVA, Amanda Cabral da (Orgs.). *Gestão do turismo nas perspectivas da governança, da regionalização e do desenvolvimento*. São Paulo: Edições EACH, 2023.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial, 2009.

VASCONCELOS, T. R.; FUSHIMI, M.; PINHEIRO, S. Y. A.; SILVA, Q. D. Risco de inundação costeira no município de Raposa (MA). *Formação (Online)*, v. 27, n. 51, p. 159-176, 2020.

VIEIRA, Kiara Cristine Diniz; ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de; CÂMARA, Rosélis de Jesus Barbosa; RIBEIRO, Ruan Tavares. O protagonismo feminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa do município de Santo Amaro do Maranhão. *Revista Turismo Estudos e Práticas*, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: <https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/1011>. Acesso em: 06/04/2026.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?. *Caderno Virtual de Turismo*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/341>. Acesso em: 30 jul. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO DEPARTAMENTO DE
OCEANOGRAFIA E LIMNOLOGIA PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

Prezado(a), você é nosso(a) convidado (a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa científica. Após esclarecido(a) a respeito das informações abaixo descritas, no caso de aceitar fazer parte desta pesquisa por meio de entrevista, assine ao final deste documento, que segue em duas vias, das quais uma permanecerá em seu poder e a outra da pesquisadora.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução CNS 466/2012)

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: possibilidades na comunidade de Mangue Seco, município de Raposa - MA., sob a responsabilidade da pesquisadora principal Marina de Araujo Barros.

O nosso objetivo é analisar o Turismo de Base Comunitária como estratégia de desenvolvimento local sustentável na comunidade de Mangue Seco.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

Sua participação ocorrerá por meio de uma coleção de questões que serão perguntadas e anotadas por um(a) entrevistador(a), em uma situação de entrevista presencial com o entrevistado, com o objetivo de compreender a prática do turismo em Mangue Seco - Raposa. A entrevista será semi estruturada, contendo perguntas que demonstram compreensão e propostas sobre a temática, e será realizada em seu ambiente de trabalho ou moradia, em uma data previamente combinada, com tempo estimado de 20 a 30 minutos, durante uma única visita para coleta desses dados.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa incluem constrangimento, insegurança quanto à transcrição dos dados e medo de vazamento de informações. Para minimizar esses riscos, não serão inseridos nomes nas fichas de identificação, identificando apenas se houver consentimento livre. Em nenhuma circunstância serão utilizadas imagens que identifiquem os participantes da pesquisa. Após a transcrição das informações para a aplicação no texto da dissertação, uma cópia será enviada para verificação das informações. Após o uso dos dados relevantes para a pesquisa, todo o material (impresso e digital) será descartado.

Se concordar em participar, estará contribuindo para a construção de uma base científica que pode ajudar no desenvolvimento da prática turística em Mangue Seco - Raposa. Isso proporcionará diretrizes aos gestores municipais e profissionais para promover o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento de atividades turísticas de maneira sustentável. Caso haja eventual dano comprometo-me a retirar a sua participação da pesquisa.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder, ou participar de qualquer procedimento e de qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, que será voluntária. Se existir qualquer despesa adicional relacionada diretamente à pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa e procedimentos como consequência da pesquisa) a mesma será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados aqui no Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para: Marina de Araujo Barros, (98) 98807-7007 (WhatsApp) ligação e mensagem, e-mail: marina.ab@discente.ufma.br.

Este projeto será aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFMA. O Comitê de ética da UFMA está localizado no AGEUFMA no Prédio CEB Velho, em frente ao Auditório Sérgio Ferretti, Cidade Universitária. Para saber mais, confira o regimento interno do Comitê de ética em Pesquisa, ou maiores informações ligue: (98) 3272 8708. E-mail: cepufma@ufma.br

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP, instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, aprovada pelo CNS, também atua conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

O(a) senhor(a) receberá uma via deste termo assinado onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisadora Responsável: Marina de Araujo Barros

Vila Bacanga, São Luís – MA (Departamento de Oceanografia e Limnologia) CEP: 65065-545 Telefone (98) 988077007

E-mail: marina.ab@discente.ufma.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação na pesquisa e concordo com a publicação das informações em entrevista conforme descrito neste termo.

Local e data: _____ / _____ / _____.

Nome do Participante

- Passeio de barco Visitas guiada
- Atividade de pesca
- Hospedagem familiar
- Vendas (informal)
- Artesanato
- Representações; revendas (ex: Natura; Avon)
- Serviço de bar e restaurante
- Comércio/Mercearia/loja
- Eventos culturais
- Eventos religiosos
- Outro (especifique)

OBSERVAÇÃO (adicionar informações sobre o serviço / produto):

7 Tem turistas no Mangue Seco?

- Sim Não Não sei

8 Quais os lugares mais procurados pelos turistas no Mangue Seco? (Selecione todas que se aplicam)

- Praias/dunas Rios
- Mar Cidade/povoado/vila
- Manguezal
- Outro: _____

9 Quais os serviços mais procurados pelos turistas no Mangue Seco? (Selecione todas que se aplicam)

- Passeios de barco Bebidas bar e restaurante
- Visitas guiadas Comidas bar e restaurante
- Pescarias Comércio/Mercearia/lojas
- Lazer no mar/praias Festas e Eventos culturais
- Pousadas; hospedagem Festas e Eventos religiosos
- Compras locais artesanato, doces, bebidas, etc
- Outro (especifique) _____

10 Que tipo de turista visita o Mangue Seco? (Selecione todas que se aplicam)

- Família com crianças Em Grupos
- Casais Pesquisadores; especialistas; observação de aves, plantas etc
- Idosos Não há visitantes
- Escolas; estudantes; ONGs; educação ambiental
- Religiosos; retiro espiritual
- Outro: _____

11 Você sabe qual a época mais procurada pelos turistas (dias, semanas, feriados, meses)?

- não Sim. Qual?

12 Na sua opinião, quais os benefícios da presença do turista para a comunidade? (Selecione todas que se aplicam)

- Geração de renda para a comunidade
- Valorização da Cultura
- Conservação do Meio ambiente
- Alternativa de trabalho/ emprego
- Valorização dos comunitários
- Não vejo benefícios
- Outro.

Qual? _____

13 Na sua opinião, quais os problemas da presença do turista para a comunidade?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Produz e Descarta o lixo no ambiente | <input type="checkbox"/> Interfere no meio ambiente |
| <input type="checkbox"/> Uso drogas e tráfico | <input type="checkbox"/> Poluição (sonora, esgoto, etc) |
| <input type="checkbox"/> Procura de menores para atividades sexuais | <input type="checkbox"/> Aporte de doenças |
| <input type="checkbox"/> Interfere/Atrapalha a vida dos moradores | <input type="checkbox"/> Não vejo problemas |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ | |

14 Você acha que seria bom aumentar a quantidade de turistas/visitantes na comunidade?

Sim

Não

Não sei

Sim com ressalvas. Porque: _____

15 Na sua opinião, quais são as principais dificuldades para os turistas frequentarem o Mangue Seco?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Baixa receptividade dos moradores | <input type="checkbox"/> Infraestrutura básica (falta de saneamento, lixeiras e frequência da coleta de lixo, energia elétrica, água potável; falta de estrutura de saúde) |
| <input type="checkbox"/> Acesso limitado/difícil | <input type="checkbox"/> Falta de recursos financeiros, produtos e serviços caros |
| <input type="checkbox"/> Serviços/pessoas pouco ou não capacitadas | <input type="checkbox"/> Segurança (drogas, assaltos, etc) |
| <input type="checkbox"/> Falta de Divulgação | |
| <input type="checkbox"/> Problemas ambientais | |
| <input type="checkbox"/> Infraestrutura Turística | |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ | |

16 Na sua opinião, o que precisa ser feito para melhorar/fortalecer o turismo na comunidade de Mangue Seco? (Selecione todas que se aplicam)

Capacitação dos moradores

Divulgação

Melhoria na infraestrutura

Parcerias com outras entidades

Melhoria no abastecimento, alimentícios, limpeza, higiene, etc

Incentivos materiais financeiros para comunidade

Outro.

Qual? _____

17 Na sua opinião, como a prática do turismo pode contribuir para o Mangue Seco?

Manutenção das tradições culturais

Conservação ambiental

Sensibilização dos agentes de fomento e gestão

Visibilidade/divulgação da comunidade

Desenvolvimento sustentável; sustentabilidade

Outro. Qual? _____

18 Você conhece alguma página ou perfil na internet ou rede social com informações sobre a comunidade Mangue Seco?

Sim. Não

Qual? _____

19 Você já ouviu falar em Turismo de Base Comunitária?

Sim Não

20 Se sim, pra você o que é Turismo de Base Comunitária?

21 Quem você indicaria para responder a esta pesquisa? Por gentileza, indique o nome e o contato dela. (E-mail, telefone, whatsapp). _____

Muito obrigada!

ANEXOS
ANEXO 1 - NORMAS DA REVISTA UNIARAGUAIA A QUAL FOI SUBMETIDO O
ARTIGO DO PRIMEIRO CAPÍTULO

Sistema de Publicações Eletrônicas da Faculdade Araguaia- SIPE
REVISTA UNIARAGUAIA

NORMAS PARA FORMATAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA

Formatação do Artigo

O artigo deverá seguir as normas da ABNT: NBR 10520/2023 - Citações em documentos. ABNT: NBR 6028/2021 – Elaboração de Resumos. ABNT: NBR 6023/2018 - Referências de artigos científicos.

Formato

O arquivo deverá estar no formato ‘.doc’ ou ‘.docx’ (documento texto), e obedecer às seguintes formatações:

Os textos devem ser apresentados em papel branco, formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm).

Fonte e cor: Arial ou Times New Roman, sempre na cor preta Tamanho da letra:

- i. 12 pts para corpo do texto.
- ii. 11 pts para citações longas.
- iii. 10 pts para notas de rodapé.

Margem

As folhas devem apresentar margem esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm.

Espacejamento

Todo texto deve ser digitado com espaço SIMPLES nas entrelinhas. Parágrafo da Primeira linha de cada parágrafo deve ter 1,25 cm. As citações longas, as notas e os resumos devem ser digitados em espaço simples. As referências bibliográficas devem ser digitadas em espaço 1,5 nas entrelinhas.

Paginação

A numeração é colocada, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Parágrafos

Os parágrafos, segundo as normas ABNT, devem ser justificados (alinhados pela margem esquerda e direita).

4. Estrutura do Artigo

TÍTULO

A escolha do título de um artigo científico requer bastante cuidado por parte do seu autor, pois ele objetiva, principalmente, atrair o leitor. Nesse sentido, ele tem de ser revestido de muita atenção e, assim, dentre todos os títulos propostos provisoriamente, o pesquisador escolherá aquele que melhor se identificar com o conteúdo. Para tanto, ele precisa ser criativo, não muito extenso e realmente instigar a curiosidade do leitor. Além disso, é pertinente que o escritor não se esqueça que o título não pode conter construções com sequência de sujeito, verbo e complemento.

Autor(es)

Em um artigo científico o nome completo do(s) autor(es) apresenta-se logo abaixo do título e à direita. É preciso que se utilize um número ou, então, asterisco logo após o nome do autor, ou dos autores quando a produção não for individual. Essa providência faz-se necessária para que o autor ou autores sejam identificados no rodapé da primeira página. Tal identificação possibilita que o leitor saiba quem é ou quem são os autores do artigo. Deve conter a formação profissional ou outro curso ou, ainda, a atividade do autor, porém, desde que haja ligação com o tema do artigo. Além disso, se necessário, inserir a instituição onde o autor exerce suas atividades.

RESUMO

O resumo, cujas normas são definidas pela ABNT na NBR 6028 (2021). O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. O resumo deve ser composto por uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração de tópicos. Em documento científico, recomenda-se o resumo informativo. Usar o verbo na terceira pessoa. Quanto à extensão, recomenda que os artigos científicos devem conter de 100 a 250 palavras.

ABSTRACT

Consists of condensing a text while maintaining its fundamental ideas. In this sense, the reader must remain faithful to the author's ideas. This does not mean that he will only transcribe them, on the contrary, he needs, with the words of his own vocabulary, to express the message conveyed by the author. In short, it is a matter of exposing, in general in a single block, the main ideas contained in the text. As for extension, it recommends that scientific articles should contain up to 250 (two hundred and fifty) words.

TEXTO

O corpo principal do trabalho deverá ser dividido em Introdução, Material e Métodos, Resultados, Discussão e Referências Bibliográficas. O título de cada uma das seções deverá estar centralizado e escrito em caixa alta. Subseções, quando houver, deverão ter seus títulos alinhados à margem esquerda e escritos em minúsculas.

Os relatos deverão basear-se nas técnicas mais avançadas e apropriadas à pesquisa. Quando apropriado, deverá ser atestado que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Biossegurança da Instituição. As equações deverão ser editadas utilizando software compatível com o editor de texto.

INTRODUÇÃO

A introdução é o elemento textual que comunica o assunto ao leitor, por isso ela é a sua porta de entrada. Ela deve explicitar o tema, o(s) objetivo(s) de forma a situar o leitor no texto. Nesse sentido, os termos e os conceitos nela apresentados devem revestir-se de bastante precisão, a fim de se evitar introduções vagas ou, então, confusas. Além da criatividade e originalidade imprescindíveis a ela, a introdução deve refletir exatamente as intenções do trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

Devem conter, de forma resumida e clara, informações suficientes para explicar os procedimentos realizados e permitir que o estudo seja repetido por outros pesquisadores.

Técnicas padronizadas bastam ser referenciadas. As unidades de medidas e as suas abreviações seguirão o Sistema Internacional e, quando necessário, deve constar uma lista com as abreviaturas utilizadas.

RESULTADOS

Devem indicar uma descrição concisa sobre as informações descobertas, com o mínimo julgamento pessoal. Não repetir no texto todos os dados contidos em tabelas e figuras. Números (dígitos) devem estar separados de unidades por um espaço. Por exemplo, 60 °C e NÃO 60°C, exceto para percentagem (p.ex., 5% e NÃO 5 %). Utilizar unidades e símbolos do sistema internacional e simbologia exponencial. Por exemplo: cmol kg⁻¹ em vez de meq/100g.

DISCUSSÃO

Deve limitar-se ao significado dos resultados e relacioná-los às informações existentes, preferencialmente, mais recentes. Somente citações indispensáveis devem ser incluídas. Deve ser dada ênfase sobre novas informações. Novas hipóteses devem ser claramente identificadas. Conclusões devem ser suportadas por fatos ou dados. Subdivisões são possíveis. Ao critério dos autores, os resultados e discussão podem ser apresentados em conjunto.

CONCLUSÃO

A conclusão é o elemento textual que finaliza toda a argumentação. Nesse momento o autor expõe as suas deduções e/ou inferências, buscando fazer uma ligação com os argumentos expostos no texto. Trata-se de uma retomada dos conceitos apresentados tanto na introdução como no desenvolvimento, mas não uma repetição. Em outras palavras, é a fase de “[...] dedução lógica, baseada e fundamentada no texto, de forma resumida” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 259).

Enfim, a conclusão procura destacar os resultados obtidos na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas, obrigatoriamente, fazem parte dos elementos pós-textuais. Elas devem ser apresentadas em ordem alfabética e seguem rigorosamente a NBR 6023:2018 da ABNT.

As referências devem ser elaboradas em espaço simples, alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples. Quando aparecerem em notas de rodapé, devem ser alinhadas à margem esquerda do texto e, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

Os elementos essenciais devem refletir os dados do documento referenciado. Informações acrescidas devem seguir o idioma do texto em elaboração e não do

documento referenciado. Para documentos online, além dos elementos essenciais e complementares, deve-se registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão Disponível em:, e a data de acesso, precedida da expressão Acesso em:. As referências, ordenadas em uma única lista, devem ser padronizadas quanto ao recurso tipo- gráfico e à adoção dos elementos complementares. O recurso tipográfico (negrito, itálico ou sublinhado) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências. Isso não se aplica às obras sem indicação de autoria, ou de responsabilidade, cujo elemento de entrada seja o próprio título, já destacado pelo uso de letras maiúsculas na primeira palavra, incluindo artigo (definido ou

indefinido) e palavra monossilábica iniciais (se houver). Ao optar pelo uso de elementos complementares, estes devem ser incluídos em todas as referências do mesmo tipo de documento.

5. Notas Científicas

As notas científicas devem ser redigidas em sequência única, sem a separação em tópicos; porém, devem conter Introdução, Material e Métodos, Resultados e Discussão. São aceitáveis até duas figuras e duas tabelas. Agradecimentos podem ser fornecidos, sem cabeçalho, como o último parágrafo do texto. Literatura Citada, legendas de figuras, tabelas e figuras. Estes itens seguem a forma e sequência descrita para artigos.

ANEXO 2 - CERTIFICADO DE ACEITE DO ARTIGO UNIARAGUAIA

CERTIFICADO

Certifico para os devidos fins que o manuscrito intitulado:

ANÁLISE DA APTIDÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE MANGUE SECO, RAPOSA (MARANHÃO, BRASIL).

de autoria de **Marina Barros, Scarlleth S. da Silva, Matheus Cutrim, Edson Vicente da Silva, Arkley Bandeira, Flavia Mochel** foi aceito na Revista UNIARAGUAIA no v. 21, n. 1 (2026).

Goiânia, 16 de Abril de 2026



Dra Tatiana Carilly Oliveira Andrade
Editora Chefe

ANEXO 3 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA/UFMA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

Pesquisador: MARINA DE ARAUJO BARROS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 97143526.6.0000.5087

Instituição Proponente: Universidade Federal do Maranhão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.420.709

Apresentação do Projeto:

O estudo está na área de Ciências Ambientais, vinculado ao mestrado PRODEMA/UFMA, e pretende analisar o TBC como estratégia de sustentabilidade socioambiental na comunidade de Mangue Seco, em Raposa (MA). A amostra prevista é de 32 adultos, selecionados por conveniência e disponibilidade, com entrevistas semiestruturadas e observação de campo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

- Analisar a relação existente entre a comunidade de Mangue Seco e a dinâmica de visitação como estratégia para a implantação do Turismo de Base Comunitária;

Objetivos secundários:

- Verificar a percepção de moradores e visitantes sobre a comunidade local e suas potencialidades para inserção da atividade turística;
- Investigar as interações entre as atividades cotidianas, a cadeia produtiva existente e as práticas turísticas propostas no modelo TBC;
- Produzir um diagnóstico das aptidões ambientais e socioculturais da localidade;
- Contribuir para a estruturação de um plano de TBC voltado à capacitação e

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro Bacanga **CEP:** 65.080-805

UF: MA **Município** SAO LUIS

Telefone (98)3272-8708 **E-** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 8.420.709

organização participativa da comunidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O TCLE identifica riscos pertinentes à entrevista: constrangimento, insegurança quanto à transcrição dos dados e medo de vazamento de informações. Também indica medidas de mitigação adequadas, como não identificar nomes nas fichas, não usar imagens identificáveis, enviar a transcrição para conferência e descartar o material após o uso.

Os benefícios estão formulados de modo coerente, mas em linguagem mais ampla do que individual. O texto informa que a participação pode contribuir para uma base científica sobre a prática turística em Mangue Seco e oferecer diretrizes para gestores e profissionais promoverem uso sustentável dos recursos naturais e turismo sustentável.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem boa coerência temática e relevância social, porque articula turismo de base comunitária, sustentabilidade socioambiental e uma comunidade costeira com potencial turístico e vulnerabilidades próprias. O foco em Mangue Seco é pertinente e dialoga com a literatura sobre turismo comunitário e desenvolvimento local, especialmente em territórios onde a atividade turística precisa ser planejada com participação dos moradores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão adequados. Com autorização assinada pela SEMA e da COOPERATIVA DE PESCADORES E MARISQUEIROS DE MANGUE SECO - COOPESMASE.

Recomendações:

Na sessão Riscos e Benefícios do TCLE, RECOMENDA-SE ajuste no texto para deixar mais explícito.

Riscos: "A participação nesta pesquisa pode gerar desconforto, constrangimento ou receio quanto ao sigilo das informações. Para reduzir esses riscos, a entrevista será realizada em local e horário combinados, não haverá identificação nominal nas transcrições, imagens identificadoras não serão utilizadas e os dados serão armazenados com acesso restrito."

Benefícios: "A participação não traz benefício direto imediato, mas poderá

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município** SAO LUIS
Telefone (98)3272-8708 **E-** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 8.420.709

contribuir para a produção de conhecimento sobre turismo de base comunitária em Mangue Seco, subsidiando ações futuras de planejamento, valorização cultural e sustentabilidade socioambiental."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A seção de riscos é apropriada, mas pode ser refinada para separar melhor riscos psíquicos, sociais e de sigilo, além de detalhar medidas concretas de proteção de dados. O benefício está bem apresentado como retorno social e científico, mas convém deixar claro que não há benefício direto garantido ao participante, apenas contribuição indireta para a comunidade e para a gestão pública. A devolutiva dos resultados à comunidade é um ponto muito positivo e fortalece a legitimidade ética da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto preencheu todos os requisitos obrigatórios indicados pelas legislações éticas vigentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2746415.pdf	27/03/2026 10:23:21		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_SEMA.pdf	27/03/2026 10:21:25	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_COOPERATIVA.pdf	24/03/2026 11:22:01	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR_RESPONSAVEL_assinado.pdf	24/03/2026 11:18:49	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_CEP_24_03.pdf	24/03/2026 11:17:53	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_CEP_24_03.docx	24/03/2026 11:17:46	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_CEP_24_03.pdf	24/03/2026 11:17:37	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_CEP_24_03.docx	24/03/2026 11:13:35	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
TCLE / Termos	TCLE_Termo_Consentimento_CEP_a	24/03/2026	MARINA DE	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município** SAO LUIS
Telefone (98)3272-8708 **E-** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 8.420.709

de Assentimento / Justificativa de Ausência	assinado24_03.pdf	11:13:09	BARROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_Consentimento_CEP.docx	24/03/2026 11:13:03	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_MARINA_DE_ARAUJO_BARROS24_03.pdf	24/03/2026 11:12:36	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_MARINA_DE_ARAUJO_BARROS24_03.docx	24/03/2026 11:12:17	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito
Folha de Rosto	NOVA_folhaDeRosto_19_03_assinado_assinado.pdf	24/03/2026 11:05:02	MARINA DE ARAUJO BARROS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 11 de Maio de 2026

Assinado por:
Flávio de Oliveira Pires
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município** SAO LUIS
Telefone (98)3272-8708 **E-** cepufma@ufma.br